

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

JOELMA ARAÚJO BORGES DE MELO

**EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
ÉTNICO-RACIAL DO DISCENTE, NA PERSPECTIVA DA LEI 10.639/03: UM
ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL JORGE AMADO NOS ANOS DE
2016 E 2017.**

Araguaína

2017

JOELMA ARAÚJO BORGES DE MELO

EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DO DISCENTE, NA PERSPECTIVA DA LEI 10.639/03: UM ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL JORGE AMADO NOS ANOS DE 2016 E 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da UFT-Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia

Orientadora: Profa.Dra. Kênia Gonçalves Costa

Araguaína

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- A663e Araújo Borges de Melo, Joelma.
EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DO DISCENTE, NA
PERSPECTIVA DA LEI 10.639/03: UM ESTUDO DE CASO NO
COLÉGIO ESTADUAL JORGE AMADO NOS ANOS DE 2016 E
2017. / Joelma Araújo Borges de Melo. – Araguaína, TO, 2017.
92 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2017.
Orientadora : Kênia Gonçalves Costa
1. Educação Básica. 2. Identidade. 3. Lei 10639/03. 4. Diversidade
Étnica. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOELMA ARAÚJO BORGES DE MELO

EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DO DISCENTE, NA PERSPECTIVA DA LEI 10.639/03: UM ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO ESTADUAL JORGE AMADO NOS ANOS DE 2016 E 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da UFT- Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kênia Gonçalves Costa (orientadora)

Prof. Dr. Carlos Augusto Machado (Avaliador)

A toda minha família que foi e é minha base de sustentação em todos os momentos da minha vida, de forma especial à minha mãe Maria da Guia e ao meu pai Luiz, por não medirem esforços para que eu pudesse levar meus estudos adiante. E a todos os meus irmãos pedacinhos de mim espalhados no mundo depois de crescidos, mais amo e sinto a presença de cada um ao meu lado sempre. Dedico também com o coração cheio de amor ao meu companheiro Manoel Messias por ser paciente, entendendo minhas ausências na correria de cada semestre sendo de fato um companheiro.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que permitiu que este momento fosse vivido por mim por ter me dado saúde e sabedoria para superar todas as dificuldades e conseguir chegar onde hoje estou.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço à minha querida e amável orientadora, Kênia Gonçalves Costa, com quem partilhei o que era o broto daquilo que veio a ser esse trabalho que com paciência e pouco fôlego, conseguiu corrigir os meus textos e por ser uma excelente professora e profissional, a qual me espelho.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que dedicaram a mim, que somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Aos meus amigos, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhoram tudo o que tenho produzido na vida

Por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, a minha eterna gratidão.

“Existe uma história do povo negro sem o Brasil. Mais não existe uma história do Brasil sem o povo negro”

Januário da Silva

RESUMO

A presente pesquisa buscou mostrar a importância da educação básica para a formação étnico-racial do estudante na construção de sua identidade própria sem receio de raça/cor. Este estudo emerge com a lei n.º 10.639/03 que se trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, então alterada pela lei n.º 11.645/08, que inclui também a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena, pois não se pode valorizar uma cultura em detrimento de outra. Refletindo sobre as demandas e diretrizes curriculares nacionais para implementação dessa lei, tendo como cerne o currículo formal e o currículo praticado com o proposto de percebermos como acontece a valorização da diversidade étnico-racial, principalmente ao que se refere aos afrodescendentes e indígenas do Colégio Estadual Jorge Amado. A pesquisa foi desenvolvida a partir das observações da escola e dos discentes durante os estágios no ensino fundamental e médio na disciplina de Geografia, começando por meio de uma pesquisa bibliográfica e posteriormente teve seu ápice na regência do ensino médio com análise documental, coleta de dados primários e secundários realizando uma pesquisa com características qualitativa e quantitativa que caminha lado a lado com a subjetividade da fenomenologia por buscar compreender o sentimento individual do estudante sobre sua identidade. Diante das várias dificuldades em se discutir as relações étnico-racial na unidade escolar entendemos que a escola é um lugar privilegiado e pode usar seu poder de influência na construção de uma nova sociedade, trabalhando no combate a discriminação e desencorajando a forma pejorativa como vem sendo tratado grupos étnicos. É necessário um estudo que trate de questões tão necessárias e pouco discutidas, sendo importante para a valorização das diferenças e para a construção de uma sociedade menos hierarquizada. Devendo o colégio se dispor a trabalhar com efetividade a valorização dos grupos étnicos, juntamente com um trabalho de aprimoramento dos conhecimentos dos professores sobre a educação das relações étnico-raciais.

Palavras-Chave: *Educação Básica, Identidade, Lei 10639/03, Diversidade Étnica.*

ABSTRACT

The present research sought to show the importance of basic education for the ethnic-racial formation of the student in building your own identity without fear of race/color. A study about an issue that emerges with the law n. 10,639/03 that is treated of the mandatory teaching of history and culture of the African-Brazilian and African schools, then amended by law no. 11,645/08, which also includes the mandatory teaching of history and indigenous culture, because you can't enhance a culture at the expense of another. Reflecting about the demands and national curriculum guidelines for implementation of this law, having as core the formal curriculum and the practiced curriculum with the propose of realizing how happens to the valorization of the ethnic and racial diversity, especially when it comes to Afro-descendants and indigenous of the State College Jorge Amado. The research was developed from the comments from the school and the students during internships at the elementary and secondary education in the discipline of Geography, starting through a bibliographical research and subsequently had your top conducting high school documentary analysis, primary and secondary data collection, doing so a research with qualitative and quantitative features that puts in practice side by side with the subjectivity of phenomenology by seeking to understand the individual feeling of the student about his identity. In front of various difficulties in discussing the racial-ethnic relations in school unit we understand that the school is a privileged place and can use its power to influence in the building of a new society, working in the combat to the discrimination and discouraging pejorative way as are treated the ethnic groups. I'm firmly sure, a study involves issues as required and little discussed be important for the appreciation of the differences and to the building of a society less hierarchical.

Keywords: *Basic Education, Identity, Law 10639/03, Ethnic diversity*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 01. Entrada da escola campo.....51

Lista de Mapa

MAPA 01: Localização do Colégio Estadual Jorge Amado.....13

Lista de Gráfico

Gráfico 01. Idade dos Estudantes do Ensino Médio Matutino.....61

Gráfico 02. Idade dos Estudantes do Ensino Médio Noturno.....62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAMINHOS DA PESQUISA: MÉTODOS E ESTRATÉGIAS EM BUSCA DE RESULTADOS CONCRETOS	16
CAPÍTULO 1. PERCORRENDO PENSAMENTOS AUTORAIS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO COM OS GRUPOS ÉTNICO- RACIAIS	20
1.1. CONCEITOS PARA O ENTENDIMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	20
1.2. A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL	26
1.3. TRAJETÓRIAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL N.º 10.639/2003	31
CAPÍTULO 2. O CAMPO CURRICULAR NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	37
2.1. OS CURRÍCULOS E A DISCUSSÃO A CERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	37
2.1.1. O currículo no estado do Tocantins a cerca das relações étnico-raciais	42
2.1.2. O currículo a cerca das relações étnico-raciais na escola campo	46
2.2. A ESCOLA CAMPO	49
2.2.1. Práticas educativas da escola campo.....	52
2.2.2. Práticas educativas no contexto das ações afirmativas da escola campo.....	56
3.1. PROMOÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA CAMPO	60
A PESQUISA E A PESQUISADORA	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
APÊNDICE	80
Apêndice 01: Questionário discente.....	81
Apêndice 02: Entrevista grupo gestor	83
Apêndice 03: Lista dos entrevistados/as	84
ANEXOS	85
Anexo 01: Lei n.º 12.711/12 (BRASIL, 2012).....	86
Anexo 02: Lei n.º 11.645/2008 (BRASIL, 2008)	88
Anexo 03: Lei n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003).....	89
Anexo 04: Ofício de autorização	90
Anexo 05: Autorização para entrevistas	91
Anexo 06: Autorização para aplicação dos questionários	92

INTRODUÇÃO

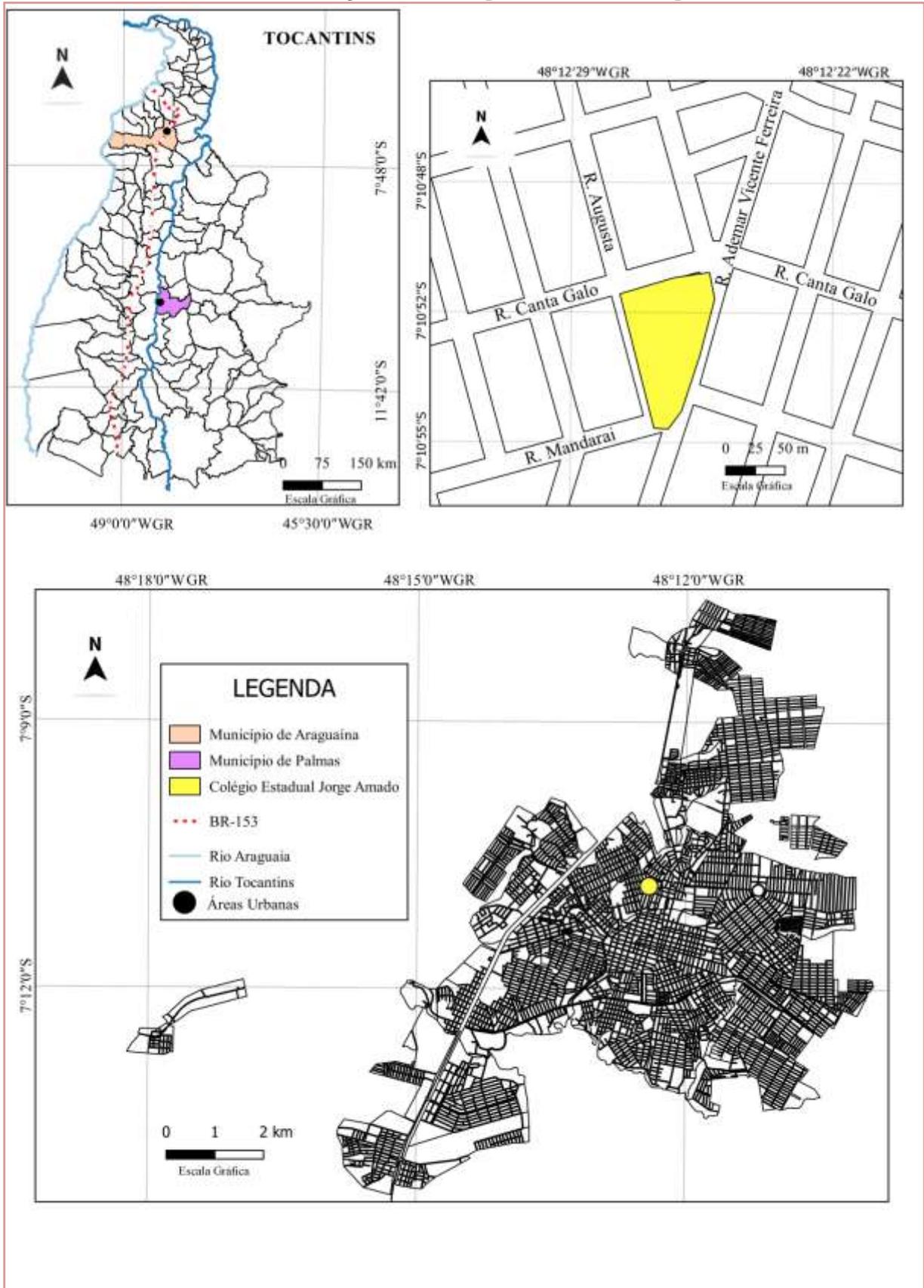
A realização deste trabalho visa fazer uma análise das políticas públicas para a construção da identidade através da educação básica com base na igualdade étnico-racial no Colégio Estadual Jorge Amado/CEJA no ano de 2016 e 2017, a partir do processo de formação identitária dos educando levando em consideração a importância de incorporar temáticas relativas à História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, bem como mostrar como ocorreu a construção das (des) igualdade na sociedade pela ausência do ensino das raízes históricas dos povos que formam o Brasil, observando e dando importância a todas elas.

Colégio Estadual Jorge Amado localizado na cidade de Araguaína, segunda maior cidade do Estado do Tocantins, está localizado na Rua Ademar Vicente Ferreira n.º 296, no bairro Noroeste na cidade de Araguaína – TO. A cidade foi criada em 14 de novembro de 1958, pela lei estadual nº 2.125, atualmente possui uma área de 3.920 Km², fica ao norte do Estado do Tocantins, entre as coordenadas geográficas com longitude 48° 12' 24" oeste e latitude 07° 10' 53" sul, tendo sua economia baseada no comércio e serviços. (Mapa 01).

O tema desse trabalho teve seus alicerces, ao deparamos durante observações do estágio em Geografia com situações que não eram discutidas na sala de aula, durante minha passagem por elas e que são de suma importância na construção da identidade dos educando. A partir daí surgiu o interesse pela questão do ensino da história e cultura afro-brasileira na escola, uma discussão sobre a origem de cada um, pela diversidade étnica que existe e que se discutidas diminuiriam as diferenças sociais e étnico-raciais impostos por uma sociedade que se diz democrática, mas que colabora para formação de cidadãos preconceituosos e racistas por desconhecer sua própria essência.

Quando da independência do Brasil, mais de 90% da população eram escravos negros(as) e nativos(as) e sabendo disso concluir-se que a formação da população brasileira é oriunda desses grupos étnicos e que portando temos uma diversidade enorme e que devem ser valorizadas quanto a sua identidade. Este trabalho apresentará um pouco da luta dos movimentos sociais por implementação de políticas públicas de construção da identidade, bem como cada educando do Colégio Estadual Jorge Amado/CEJA se vê com relação sua raça/cor.

MAPA 01: Localização do Colégio Estadual Jorge Amado



Para desenvolver essa pesquisa o objetivo geral é compreender a construção da identidade étnico-raciais do estudante do Colégio Estadual Jorge Amado em Araguaína nos anos de 2016 e 2017. Os objetivos específicos norteadores foram:

- Identificar as políticas existentes para a construção da identidade étnico-raciais;
- Observar como os estudantes se veem com relação à cor/raça;
- Analisar as ações da escola em relação à construção identitária do estudante.

Nesse trabalho discutiremos a necessidade de se compreender como esta sendo formada a identidade dos educando em meio à educação e qual o processo de construção dessa identidade na atualidade, e como se desenvolvem as políticas públicas para essa inserção de conteúdos que considerem o processo histórico de formação de identidade, assim trabalhar a importância para a educação brasileira incorporar temáticas relativas à história e cultura afro-brasileiras e africanas (BRASIL, 2003) no currículo escolar, sendo o principal ponto de partida para mudar a forma como a sociedade se enxerga. Pois valorizar a cultura afro-brasileira como um componente nacional e estudar a história mundial fazem com que as relações étnicas raciais não sejam carregadas de tantos preconceitos e que é uma forma de supera o racismo sendo etapas de transformação.

Dessa forma a escolha desse tema se deu ao refletir sobre o que aprendemos na escola sobre a África, a cultura de matriz dos afro-brasileiros e negros na escola, vemos que além do tráfico de escravos, da escravidão, do abolicionismo quase nada foi registrado.

Sabendo que o Brasil é uma nação em que a população na sua maioria é composta por pretos e pardos que segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somados formam os negros e os demais a maior parte são brancos miscigenados¹, assim faz-se de grande importância discutir as relações étnico-raciais que construíram esse país, logo, deveria ser uma obrigação de todos os cidadãos, não importando sua origem ou etnia. Portanto, a falta da implantação curricular de uma parte importante e, diria mais, estruturante, da

¹A miscigenação consiste no processo de mestiçagem uma mistura entre raças, como afirma Gomes (2005, p. 59) [...] “O Brasil, enquanto uma nação “mestiça”, resultante, entre outras coisas, dos contatos e intercursos sexuais entre o português e as mulheres negras e indígenas, construiu-se alicerçado na violência sexual contra essas mulheres e não somente em relacionamentos amistosos entre as raças. [...]

história e cultura brasileira deixam brechas na educação e na formação da identidade das novas gerações, o que faz com que a África seja vista apenas como uma imagem relegada, estereotipada e pejorativa, sem que seja levada em conta a riqueza cultural, étnica, linguística, artística e muitos outros pontos positivos de uma história de luta.

A falta ou pouco incentivo do aprendizado a história africana ou cultura afro-brasileira é um problema a ser resolvido porque são esforços que não apenas se somam na luta contra o racismo, como também na consolidação da democracia, da promoção da cidadania e no reforço a equidade social e racial. Diante disso na relação durante os estágios na escola com professoras da disciplina de geografia, percebe-se que essa questão do estudo da história da África é tratada apenas em datas específicas ou de forma transversal e não como um componente curricular importante, como é proposta em Lei (BRASIL, 2003).

A lei n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003) no seu texto determina o estudo da história e cultura afro-brasileira sendo ampliada pela lei n.º 11.645/2008 (BRASIL, 2008), as quais terão que incluir cultura e a história indígena. São questões relacionadas à nossa identidade, esta questão está fundamentada na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996) e permeia por todas as áreas do conhecimento. E estando já no último estágio não foi identificado nenhuma ação efetiva de implementação dessas leis, por isso no decorrer dessa pesquisa no estágio supervisionado no Ensino Médio, investiguei quais as ações que ocorreram nesse sentido já que na convivência com os estudantes nota que há discentes negros, pardos, indígenas e que não há essa discussão.

Com o exposto percebe-se a necessidade de valorizar as raízes africanas da nação brasileira ao lado das indígenas, européias e asiáticas e reconhecermos a história e cultura dos mesmos, resgatando a identidade do povo afro-brasileiro e indígena a partir de suas raízes históricas, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade que se reconheça igualitária.

Dado que a escola é um local privilegiado para a transmissão de conhecimentos que vieram desde as gerações anteriores, pois no contexto mundial a escola está situada no mundo e não isolada de tudo, por compreender e ter a capacidade de transmitir tudo que acontece no mesmo, permitir ao estudante se

conhecer através dos conhecimentos que ela transmitir e assim saber se identificar diante da diversidade étnica.

CAMINHOS DA PESQUISA: MÉTODOS E ESTRATÉGIAS EM BUSCA DE RESULTADOS CONCRETOS

Apresente pesquisa se conduzirá pelo método dedutivo que faz uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de uma determinada premissa, ou seja, o “método dedutivo que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente),” (MARCONI&LAKATOS, 2010, p. 88) que vai subsidiar e orientar esta construção pelo viés da fenomenologia que através da subjetividade já que trataremos de um tema onde cada indivíduo pode interpretar da sua maneira que é subjetivo, diz respeito ao sentimento e opinião de cada pessoa sobre determinado assunto.

A pesquisa busca assim perceber como os estudantes do Colégio Estadual Jorge Amado/CEJA se veem, através da sua opinião sobre como ocorre a relação étnico-racial na mesma e qual o papel da educação na construção da identidade dos mesmos. Uma relação formada com base nas crenças e valores do indivíduo de suas experiências e histórias de vida. Portanto as questões trabalhadas serão baseadas no sujeito estudante para compreensão de como eles se identificam e como poderiam construir sua identidade de forma adequada. “A Fenomenologia, baseada na interpretação dos fenômenos, na intencionalidade da consciência e na experiência do sujeito, falou do currículo construído, do currículo vivido pelo estudante” (TRIVIÑOS, 2009, p.47).

Utilizaremos da Geografia cultural que associa as experiências humanas e suas variações no espaço e lugares na busca do entendimento de sua identidade e para melhor entender refletiremos sobre o lugar da escola. Porque os lugares são espaços que nos são familiares, que fazem parte de nossa vida, aonde vivemos e realizamos nossas atividades cotidianas, é a primeira referência que temos no mundo, nossa casa, nossa rua, nossa escola, etc. esses lugares não estão isolados, pois estabelecemos relações sociais entre eles, relações estabelecidas por quem os compõe e que se interagem. E são essas relações que nos constroem como pessoas, sendo os lugares que vivemos quem conduziram essa construção, ou seja, o que é ensinado em cada um deles assim concebendo o espaço analisado não de

uma maneira direta ou racional, mais por meio da compreensão humana de valores afetivos ou de identidade existentes em cada um e que formam as pessoas.

Para alcançar os objetivos iniciou-se a revisão bibliográfica, sendo utilizados autores que discutem a problemática em questão, educação básica e sua importância na construção da identidade e equidade étnico-raciais.

A segunda parte da pesquisa foi realizada através de levantamentos de dados primários e secundários na escola campo, onde se fizeram uso de questionários e entrevistas, procedimentos bastante utilizados em pesquisas geográficas para obtenção de dados quantitativos e qualitativos. As entrevistas foram realizadas com o grupo gestor (diretor e coordenadores) (Apêndice 02) da escola campo, pelo fato de serem os responsáveis pela escola e por sua programação curricular, o que facilita a obtenção dos objetivos buscados. Os questionários também foram direcionados aos estudantes com a intenção de obter informações, mais precisas sobre o caso estudado, buscando a percepção individual. Quanto ao uso de questionário, é um método quase que imprescindível na obtenção de dados quantitativos o que não impede que com o mesmo se tenha dados qualitativos (VENTURI, 2005).

Todas essas etapas metodológicas aplicadas foram feitas por meio das observações, sendo que foram iniciadas durante os Estágios Investigativo I, II e dos Estágios Supervisionados no Ensino Fundamental e Médio, que de acordo com o mesmo autor evita desperdício de tempo e trabalho (VENTURI, 2005). Nessa fase de observações foi possível compreender como são estabelecidas as relações de aceitação e identificação entre os estudantes sobre sua identidade e como é praticado o ensino da Cultura e História Afro-Brasileira e Indígena na escola.

Desta forma observa-se são respeitadas as novas obrigações do referencial curricular ou se ficou na Lei “como diz no papel somente no papel” não sendo realizado, o que foi respaldado pela análise documental através do PPP (Projeto Político Pedagógico). E coleta de dados primários por meio de entrevistas e questionários realizados com o grupo gestor e estudantes de todas as turmas do ensino médio. Assim utilizando de todos esses métodos citados anteriormente para obtenção de resultados satisfatórios para a realização do trabalho com o máximo de verdade possível e conseguindo chegar aos objetivos propostos.

Então o trabalho está apresentado da seguinte forma: capítulo 1 inicia-se com um diálogo com Gomes (2005) que vem tratado das discussões feitas no debate das

relações étnicos raciais no Brasil, utilizando também o material das orientações para implementação desde 2006 (BRASIL, 2006) que discute essas implementações a partir da lei 10.639/03 e das orientações, resolução n.º 1 do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2004) para todos os seguimentos da formação de cidadão crítico, que passa desde a educação infantil até o ensino superior com a licenciatura tendo uma preposição específica para educação quilombola, esses elementos vão contribuindo para que consiga estabelecer elementos para que se entendam os critérios de formação da identidade.

Vaz (2012) discute a implementação das ações afirmativas nas instituições de ensino superior, realizando um levantamento até 2012 de instituições de ensino superior que estavam implantando medidas de ações afirmativas dentro dos cursos. O autor espacializa esse quadro porque até esse momento necessitava de articulações, movimentos sociais, professores e pesquisadores envolvidos para que essa implementação acontecesse isso porque a discussão sobre o programa das ações afirmativas (cotas) por não existir o reconhecimento do racismo e da discriminação, mas mesmo com todas as contestações este programa está regido no âmbito Federal pela Lei 12.711/12 (BRASIL, 2012), (Anexo 01) que é fruto da luta do movimento negro e tem um caráter sócio racial, que garante o ingresso e permanência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio por meio das cotas que são preferencialmente para aqueles que se auto declare pretos (ou negros), pardos (ou mulatos ou mestiços) ou indígenas.

Vaz (2012) traça um quadro que vai auxiliar na construção da identidade por meio dos currículos, principalmente nos cursos de formação de professores, sendo as políticas específicas para população negra nas instituições públicas de ensino. Contudo, o movimento social/racial luta por várias vertentes no caminho das ações afirmativas. Na vertente da formação de professores, aquele professor que já está na sala de aula teve que se adequar a Lei n.º 10.369/03 (BRASIL, 2003), como apresenta o autor Santos (2005) que discute no seu texto os percursos dos movimentos sociais para a promulgação da mesma, lei essa que diz que todas as instituições deviam ter obrigatoriamente essas ações de implementação do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. As discussões encaminharam novas mudanças, pois não atendiam as reivindicações dos movimentos indígenas, porque no currículo

não se apresentavam saberes destes grupos, assim houve outra alteração agora para a lei 11.645/08(BRASIL, 2008).

No capítulo 2 discutimos o campo curricular no contexto da diversidade étnico-racial da educação escolar, para isso desenvolve esse capítulo em seis tópicos que vão esclarecer como funciona o currículo no seu contexto geral e o próprio currículo da escola o primeiro é sobre os currículos e a discussão a cerca das relações étnico-raciais que foi subsidiado pelos parâmetros curriculares nacionais (PCNs 1998 e 2000) e pelo trabalho de Silva (2005). O segundo é baseado no referencial curricular do Tocantins (2008) e da proposta curricular do ensino médio (2009) sobre o currículo no estado do Tocantins a cerca das relações étnico-raciais na área das ciências humanas. O terceiro tópico analisa o currículo a cerca das relações étnico-raciais na escola campo baseados na leitura de Veiga (1998). No quarto tópico expõem-se as características da escola campo, para que no quinto tópico possa se colocar as práticas educativas da escola campo, informações dispostas no projeto político pedagógico (PPP) (2015-2016) da escola Campo. Já no sexto e último tópico fazemos uma análise com base nos dados obtidos durante investigação documental e observações das práticas educativas no contexto das ações afirmativas da escola campo.

No capítulo 3 apresenta-se os resultados da pesquisa sobre a valorização e construção da identidade étnico-racial dos estudantes e como vem sendo feita a promoção da identidade racial no contexto da escola campo, baseados na apresentação dos dados da observados e os recolhidos durante a pesquisa. E na sequência estão as considerações finais carregada de esperança na educação e nos educadores(as) para uma formação igual e de reconhecimento as pessoas como seres humanos com direitos e valores independente das suas diferenças inerentes.

CAPÍTULO 1. PERCORRENDO PENSAMENTOS AUTORAIS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO COM OS GRUPOS ÉTNICO-RACIAIS

A História é conhecida através de muitos estudos das relações sociais, que incluem como viveu um determinado grupo de pessoas, toda sua trajetória, que resultaram em como seus descendentes nos dias atuais vivem e são vistos pelos demais grupos. Alguns autores nos esclarecem essas questões, e aqui trataremos da educação como fonte para a construção da identidade própria do homem levando em consideração as relações étnico-raciais construídas nessa trajetória das sociedades.

1.1. CONCEITOS PARA O ENTENDIMENTO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A identidade se constrói a partir de vivências diárias, do modo como fomos criados, quais as relações se sobressaíram, o que pegamos de mais importante para a construção do nosso próprio eu. Mas já formamos a identidade a partir das características do lugar em que nascemos e a cultura existente no mesmo, que de certa forma nos molda, porque são nossas experiências que nos torna capaz de afirmar nossa própria identidade de acordo com Gomes (2005, p.41).

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana.

De acordo com a exposição Gomes (2005) entende-se que identidade é algo nato, que nasce com a pessoa, mas é como a pessoa se entende dentro de determinado grupo social com todas as suas construções sociais que vai determinar como se veem perante uma sociedade.

Um exemplo de construção de identidade que é bem discutida é a identidade negra, como vem sendo construída, se está sendo feita de forma correta dando a devida importância, o que é realmente ser negro em um país considerado democrático, mais que esconde muitos preconceitos na forma como são tratados os

grupos étnicos raciais como a falta de oportunidades iguais desde o emprego até o ensino.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. [...] Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as) [...]. (GOMES, 2005, p. 43).

Segundo Gomes (2005) a pessoa que se assume negra enfrenta muitas dificuldades, por que além da luta para ser reconhecido como igual sendo capaz de exercer qualquer função na sociedade com todos os direitos garantidos, ainda tem que enfrentar a forma preconceituosa como foi construída a história do negro no Brasil. Aonde o negro é tratado apenas como escravo, como sendo o servidor do homem branco, e mesmo depois de ter sido considerado livre, até os dias de hoje é discriminado e desrespeitado pela falta da compreensão da sua importância na construção da história do Brasil, com todos os seus aspectos culturais que transformaram o país.

Aqui surge novamente a questão da formação da identidade, como vem sendo formada em relação à diversidade étnico-racial e social existente, se existe uma discussão acerca do assunto e se essa discussão busca sanar os preconceitos existentes com relação ao negro, para que esse se sinta confiante em se assumir negro.

A ponte capaz de desfazer essa cultura de que quando falamos em África só se lembram de escravos, negros e abolição, é a educação, mas a forma como ela é passada aos estudantes é o mais importante ainda, pois isso vai transformar pensamentos e como cada um se vê e se auto identifica sem serem pressionadas pela sociedade a negar suas origens.

No Brasil, quando discutimos a respeito dos negros, vemos que diversas opiniões e posturas racistas têm como base a aparência física para determiná-los como “bons” ou “ruins”, “competentes” ou “incompetentes”, “racionais” ou “emotivos”. Isso de fato é lamentável, mas infelizmente existe! Quem já não ouviu na sua experiência de vida frases, piadinhas, apelidos voltados para as pessoas negras, que associam a sua aparência física, ou seja, cor da pele, tipo de cabelo, tipo de corpo, a um lugar de inferioridade? Ou à sexualidade fora do normal? (GOMES, 2005, p.45-46).

A forma como tratamos uns aos outros, às vezes mesmo sem a intenção de ofender, mais estamos ofendendo e discriminando muitas das vezes é tido como

natural isso pelo preconceito que carregamos conosco aprendidos no meio social em que vivemos e que não é repreendido por ninguém, como se realmente existisse diferença entre as pessoas além das características físicas de cada um, como se a superioridade de alguns se sobressaísse sobre a maioria.

Outro fato importante a ser discutido é a força que alguns grupos étnico-raciais têm de se defender e assumir sua identidade, mas em contra partida temos as pessoas que por medo ou vergonha de alguma situação de desrespeito e discriminação se calam e não defendem seus direitos. Essa é uma situação que acontece geralmente com aqueles que não têm muita informação e acabam sendo manipulados, assim, a educação é de suma importância para o conhecimento dos direitos e deveres de cada um e para que todos consigam se defender diante de imposições preconceituosas principalmente em se tratando do negro que é o que mais sofre a discriminação por parte de muitos. Segundo a pesquisadora Nilma LinoGomes (2005, p. 46)

Aprendemos tudo isso na sociedade: família, escola, círculo de amizades, relacionamentos afetivos, trabalho, entre outros. A questão mais séria é: por que aprendemos a ver o outro e, nesse caso, o negro, como inferior devido a sua aparência e/ou atributos físicos da sua origem africana? A resposta é: porque vivemos em um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória. [...]

É triste um país tão rico em diversidade carregar tanto desrespeito pelo um povo que o construiu com sua cultura e força. Fato esse que ocorre em vários outros países. No Brasil isso acontece desde a sua construção, mas se sabe que os negros foram escravos não por vontade, mas porque foram obrigados a saírem do seu lugar de origem para serem massacrados como se não fossem gente, e mesmo depois desse longo período de escravidão seus descendentes continuam sofrendo por causa desse histórico.

[...] Some a isso o fato de que, após a abolição, a sociedade, nos seus mais diversos setores, bem como o Estado brasileiro não se posicionaram política e ideologicamente de forma enfática contra o racismo. Pelo contrário, optaram por construir práticas sociais e políticas públicas que desconsideravam a discriminação contra os negros e a desigualdade racial entre negros e brancos como resultante desse processo de negação da cidadania aos negros brasileiros. Essa posição de “suposta neutralidade” só contribuiu ainda mais para aumentar as desigualdades e o racismo. (GOMES, 2005, p. 46).

O racismo resulta da sua própria negação, no Brasil isso acontece de forma contraditória, pois ao mesmo tempo em que a sociedade afirma não existir

preconceito racial e racismo, as pesquisas mostram que na vida diária isso apresenta - se no oposto quanto às relações no mercado de trabalho, de gênero, na educação básica na entrada e permanência de negros em universidade.

O fato é que quanto, mais se nega a existência do racismo mais ele se entranha nas vivências cotidianas de forma camuflada e perigosa, porque quando o racismo é negado o mesmo não é discutido, o que causa esse entendimento de que racismo não existe, mas basta que se faça uma comparação entre as condições de vida e em todas as relações sociais para perceber que os negros são discriminados existindo uma desigualdade com relação a outros grupos sociais.

O racismo existe porque tem quem o pratique e de fato é assim, mas qual a razão de tanto preconceito? Porque fazemos tantas comparações entre negros e brancos? E principalmente porque o resultado de nossas comparações sempre é discriminatório? São perguntas respondidas pela forma como foi e ainda vem sendo tratada a questão do racismo, ou seja, a sociedade tenta provar que ele não existe, mais as situações de discriminação, principalmente contra o negro provam o contrário. Gomes (2005, p. 48) afirma que:

Não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil. E mais, não seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país. [...]

A negação de direitos e oportunidade iguais a grupos étnicos é culpa de um sistema que não se preocupou em educar sua sociedade em se vê como partes iguais de um todo, construindo ideologias que camuflam o preconceito racista onde a igualdade é para poucos deixando com que se acredite que a democracia racial é de fato existente e que funciona para tudo e para todos. Assim o racismo vai sobrevivendo entre as lacunas do sistema como se não existisse sendo percebido e principalmente desmascarado por poucos.

Sendo o conceito de racismo definido como a maneira que nos comportamos diante de ideias que consideramos verdades acima de qualquer outra coisa. Nilma Lino Gomes (2005, p. 52) diz que

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças

superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

Em um país repleto pela diversidade étnico-racial, construído pelas diferenças é impossível que as pessoas pensem e se comportem igual em relação a tantos problemas sociais existentes, sendo necessária a busca por uma equidade social onde os considerados diferentes e são tratados diferentemente, evitando assim que haja desigualdades, pois as oportunidades podem ser iguais, mais as pessoas podem ser diferentes.

Do ponto de vista em que as oportunidades são iguais para todos é que surge o preconceito, pois as pessoas são diferentes, com pensamentos e ideias também diferentes e querendo ou não trazem uma herança preconceituosa de desmerecimento e discriminação com quem é de outro grupo étnico-racial e isso se afirma segundo o conceito de preconceito discutido por Gomes (2005, p. 54) em que “o preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativa”.

O preconceito é geralmente a primeira impressão que se tem sobre **um** pessoa e são resultados das relações sociais humanas, uma visão distorcida sobre o indivíduo ou grupo étnico, e não se preocupam com o bem estar do outro só com o próprio. E sabendo e discutindo a respeito dos conceitos de preconceito e racismo é que chegamos à discriminação racial que a autora também conceitua o discriminar da seguinte forma:

A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. (GOMES, 2005, p. 55).

De acordo com Gomes (2005) a discriminação racial não é só das pessoas em si, mas também de como que é feito para acabar com o preconceito e o racismo, porque o modo como são planejados os programas de educação, de saúde e muitos outros acabam dividido os espaços onde se especificam o lugar que esse ou aquele vai freqüentar o que divide classes e conseqüentemente divide pessoas e isso reforça o sentimento de superioridade de alguns em relação aos demais gerando o preconceito e o racismo chegando à discriminação racial onde querendo ou não os

negros são os mais prejudicados por toda sua herança histórica de desrespeito e segregação.

A discriminação principalmente com pessoas pertencentes a grupos étnico-raciais na área da educação, saúde, trabalho foge completamente ao conceito de um país que tem a democracia racial onde existe a igualdade de direitos, assim, surge os movimentos de luta contra um sistema que afirma que ela exista. Os movimentos sociais buscam a igualdade de direitos entre todos. Segundo Gomes (2005) os grupos sociais têm a:

(...) expectativa do Movimento Negro e de todos aqueles que se posicionam contra o racismo e a favor da luta anti-racista é de construir um país que, de fato, apresente e crie condições dignas de vida e oportunidades iguais para toda a sociedade, principalmente para os grupos sociais e étnico-raciais que vivem um histórico comprovado de discriminação e exclusão. Aí, sim, estaremos construindo uma sociedade realmente democrática que respeite e valorize a diversidade. (GOMES, 2005, p. 59)

A luta do movimento negro é importante para que sejam respeitados os direitos de todos e não só de uma minoria, e foram através deles que o Brasil já mudou em muitos aspectos e que conseguiu ter várias conquistas para os grupos étnico-raciais. Conquistas que ajudaram na luta pela liberdade de expressão de grupos étnicos, do direito de ser tratado com igualdade e respeito por todos e ter e poder frequentar uma boa escola, uma universidade e acima de tudo ser respeitado como pessoa, como negro, como o que queira ser, sem ser maltratado ou diminuído por sua origem.

A luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação têm que ser trabalhada principalmente na educação, desde sua base para que seja desconstruído esse histórico de negação e dizer da importância do negro em todo o contexto de construção da história do Brasil e do seu povo.

Segundo Gomes (2005) a escola e os(as) professores(as) são partes principais na discussão para o reconhecimento desse processo de reconhecimento de história e cultura africana e afro-brasileira como diz Gomes (2005, p. 60):

A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os (as) professores (as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores (as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula. Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper como mito da democracia racial.

A discussão sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira vai desmitificar a democracia racial como legítima porque de fato não existe, mesmo com todo o esforço feito pra que se acredite na sua existência. E a escola juntamente com os docentes é capaz de gerar essa discussão para que os pensamentos mudem, trazendo para a sala de aula esses temas e coloquem os estudantes frente à realidade da sua própria história que foi e é contada aos pedaços.

O que formará pessoas que tenham sim pensamentos e visões diferentes de vê e se perceberem diferentes, mas que encontre nessas diferenças uma forma de se respeitarem por elas existirem, pois a diferença faz com que a história seja recontada de forma presente, pois é resultado de um processo histórico onde a mistura de cultura, etnia, relações econômicas e sociais é inegável desde o início.

Com todas as lutas dos movimentos sociais e principalmente dos movimentos negros para que houvesse a igualdade racial, chegou-se a Lei Federal nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica que no seu texto determina o estudo da história e cultura afro descendente. Essa lei foi uma grande conquista mais o processo de implantação ainda vai ser longo.

1.2. A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

A educação não é para todos? Como responder essa questão de forma verdadeira, porque mesmo com os processos seletivos para a inclusão de determinadas classes e grupos sociais e étnico-raciais esse é um processo que pertence a um universo cheio de entraves e conflitos gerados pela forma preconceituosa como são tratados os grupos étnico-raciais.

Projetos que ajudam no ingresso ao ensino público são necessários porque envolvem todo um contexto de discriminação social que está impregnado na cultura de um lugar, nas relações já existentes e que vem sendo desconstruído com o esforço de poucos.

As políticas públicas para serem implantadas têm que levar em consideração o que cada lugar ou território oferece as características individuais e coletivas, porque algumas ideologias são implantadas pela política dominante ou pela própria

cultura, problema que tem que ser tratado de uma forma cuidadosa, pois para essas políticas de inclusão funcionar tem que ser analisados todos os fatores que envolvem a sociedade e sua história.

O lugar é um ponto importante a ser discutido, pois é a partir dele que há uma percepção do quanto à sociedade está inserida de forma completa, pois nesse lugar são construídas as instituições de ensino e onde estará a cultura do mesmo que é praticada e inserida naquele espaço.

Se a cultura desse lugar já for historicamente inclusiva não precisará de políticas públicas que as obriguem a fazer essa inclusão. O que é difícil de acontecer. Por isso essa relação território, sociedade e espaço, existindo uma ligação próxima entre os mesmos. Mas se construído considerando cada um como parte do processo para a formação de sociedades justas e iguais, não haveria a necessidade de políticas públicas para a educação como é o caso de cotas para negros e indígenas como forma de sanar as desigualdades existentes.

Assim, o espaço geográfico das escolas e universidades seriam construídos e compostos por elementos vindos de outros espaços que reconstróem o território, e o lugar, mas que não perdem sua identidade agregando conhecimento, mudanças na paisagem, cultura, fazendo uma interdisciplinaridade tornando se um espaço de transformação, continuação e trajetórias que se encontram e se complementam sem que um tire a identidade do outro e assim deve ser a educação capaz de trazer mudanças no decorrer do tempo e espaço sem tirar a identidade.

As ações afirmativas alteram a forma de se entrar e permanecer nas instituições de ensino, essas ações modificam toda a forma de se incluir com igualdade grupos sociais e étnicos na educação. A partir do momento que se nega a identidade étnica racial de um território ela é construída de forma ideológica, prejudicando as formas de inclusão, como se tivesse nesse território/espaço só existisse grupos dominantes. Já que essa inclusão nem deveria existir, pois se existe é porque foi excluído, só existindo porque foi feita essa diferenciação por vários fatores sociais que excluem grupos sociais e étnicos.

A Geografia traz o conhecimento do espaço, do mundo completo e fascinante que traz consigo, porque depois que você conhece um pouco de todos os seus olhares tudo é diferente e questionável.

Na Geografia nada podemos afirmar, sem que sejam levadas em conta as relações históricas e espaciais. Assim tanto a Geografia como o geógrafo passam por transformações que os levam a necessidade de questionar.

Os níveis de abordagem dos acontecimentos têm que seguir uma linha que não só descrevam os elementos espaciais, mas que entreguem os saberes que se fragmentam ao longo dos tempos, de forma que o saber seja compreendido numa escala de tempo, lugar e espaço histórico, porque o desenrolar do presente está nos acontecimentos passados. E trazendo esta questão geográfica para discutir racismo e ações afirmativas percebe-se o quanto as relações históricas que envolvem tempo e espaço são importantes na construção de um território e de uma sociedade.

(...) A produção espacial, assim como a histórica são originárias de fatos únicos, autênticos no próprio acontecimento, o poder do discurso supõe a construção da própria verdade e efeitos sobre esses fatos. Geograficamente, poderia dizer que o discurso e as práticas discursivas modelam a construção do território, redimensionam por várias escalas, regiões e lugares reforçando antigos enunciados e resguardando per si, a construção dos saberes. (VAZ, 2012, p. 29)

A maneira como é construído todos os discursos e seus meios de repassá-los é que devem ser avaliados para que nessabalança os dois lados sejam respeitados valorizado, fazendo com que todos os interesses sejam vistos, analisados e postos em prática buscando igualdade.

O saber geográfico não tem a presunção de conter todos os saberes, mas o de fazer com que a ciência fragmentada traga a possibilidade do entendimento das diferentes formas que os espaços se apresentam dependendo do tempo e lugar e as intervenções que tiveram resultando em contradições. O espaço presente e tudo que foi construído vão refletir nos problemas ou nas soluções do que será de todas as relações sociais e espaciais existentes futuramente. Partido desse ponto será possível a construção de pessoas com identidades próprias e não construídas por sistemas ideológicos de poder (VAZ, 2012).

O que constrói a identidade é o que nos diferencia um do outro, as experiências, o espaço em que estamos inseridos, a sociedade e sua cultura um conjunto de mecanismos que nos moldam e nos transformam em pessoas únicas com individualidades e visão de mundo diferente. A identidade está ligada as instituições que estão no espaço de vivência do sujeito. O que faz com que essas instituições sejam responsáveis pela formação do caráter de cada pessoa, ou seja, são responsáveis pelo direcionamento (VAZ, 2012).

A Geografia possibilita a compreensão das contradições existentes no espaço, mas não tem a função de ter todos os saberes. A sua finalidade seria de analisar e explorar os processos existentes no espaço para que se saiba como eles transformam o mesmo, não apenas delimitando e descrevendo os seus elementos. Porque o espaço a ser construído leva em consideração as contradições mutuas dele mesmo como social, cultural, socioeconômica, étnica racial e histórica dentro da produção humana.

Portanto, no espaço são construídas e modificadas as identidades e diversidades, onde são implantadas todas as ações de transformações de acordo com o mesmo e seu tempo quebrando regras de modelos já construídos (VAZ, 2012).

A busca por igualdade é uma luta histórica em todos os sentidos nas classes trabalhadoras, nos direitos por uma saúde de qualidade, saneamento básico e muitos outros que são de necessidades básicas como a educação que é marginalizada a cada dia, não só pelo descaso com profissionais e os espaços destinados a educação, mas na construção de identidades das pessoas que compartilham esses espaços e são diferenciadas por raça/cor.

Há a necessidade de falar sobre ações afirmativas como as cotas que colocam o negro e o pardo como beneficiados não por não terem capacidade intelectual de entrar numa rede pública ou privada de ensino, mas por ser um grupo étnico historicamente discriminado e que conseqüentemente tem seus direitos limitados pelo preconceito.

Ao abrir a discussão sobre as questões que envolvem as propostas de ações afirmativas vinculado na modalidade de cotas raciais, beneficiando a comunidade negra (pretos e pardos), se faz necessário averiguar como é fundamentada a aplicação de tais ações. No caso do Brasil e de todos os países que aderem a alguma espécie de ação afirmativa o objetivo é o mesmo: compensar um determinado grupo social ou grupo étnico que por motivos geográfico-espaciais e históricos foram impedidos de exercerem seus direitos como 'cidadãos plenos'. No caso brasileiro este fenômeno pelo viés histórico/geográfico, pode ser justificado pelo processo de escravidão e pós-escravidão, não concebendo ao indivíduo negro, a possibilidade de integração social justa e coerente aos direitos humanos, impossibilitando o acesso do mesmo à educação. (VAZ, 2012, p. 37)

As instituições de ensino e as relações sociais existentes são responsáveis pela reprodução e produção de valores e comportamentos. A forma como o espaço é utilizado fazem com que surjam novos pensamentos ou só sigam modelos antigos.

Assim compreendemos que as instituições de ensino se transformam em espaços de possibilidades de mudanças ou de perpetuação da discriminação.

Os dispositivos, os sistemas de vigilância, as produções das verdades/saberes e os discursos que se propagam nos enunciados, legitimam certas formas de comportamentos no convívio social como as práticas discriminatórias, são importantes em definir o acesso, uso e permanência de certos lugares por determinados grupos. Observa-se os variados tipos de comportamentos que reproduzem o discurso da desigualdade, a discriminação de gênero, as segregações por classes socioeconômicas e por fim, o próprio racismo. Tais práticas não remetem apenas à ideia do *pré-conceito*, nas relações sociais, nas práticas cotidianas, enfim, na vida “banal”, esses fenômenos acarretam em obstáculos justificados por critérios construídos historicamente para determinados fins. (VAZ, 2012, p. 45)

A maneira como são tratados grupos étnico-raciais é desigual e preconceituosa, pois a partir do momento que a essência de um grupo étnico é deixada de lado em razão de se construir discursos que em suas entre linhas exaltam a discriminação é uma maneira de querer se impor superior. E quando se tem um olhar crítico em como estão sendo feitos esses discursos e está voltando atenção para que sejam evitadas tais práticas que desmerece o outro como pessoa e capaz de fazer tudo como qualquer um sem limitações

Um exemplo claro de discriminação por raça/cor está no ensino, a presença de pessoas negras nas escolas e universidades é minoria, por isso a necessidade de ações afirmativas capazes de incluir essas pessoas nesse meio tão concorrido e discriminador.

Se o acesso a certos espaços é restrito, a universidade pública brasileira, por exemplo, é modelo de segregação material e simbólica do território. É de suma importância mecanismos que possibilite seletividades no qual seja possível incluir determinados grupos sociais e étnico-raciais. [...] (VAZ, 2012, p. 46)

As políticas de ações afirmativas para a inclusão podem ser vistas como formas de diminuir a discriminação como forma compensatória pelas desigualdades sociais sofridas fazendo com que todas pessoas independente de classe, cor/raça e sexo sejam tratados de forma a terem oportunidades iguais.

A política de ação afirmativa busca reparar efeitos pretéritos, não dimensiona apenas as cotas numéricas, bonificações de notas, ou mesmo se classifica como políticas micro-reformistas. A ação afirmativa busca inserção, ruptura de valores, desconstrução e eliminação de estimas e das práticas discriminatórias, [...]. (VAZ, 2012, p. 58)

As ações afirmativas vêm de encontro com a necessidade de apoio que os grupos étnicos sentem por serem desrespeitados e desamparados como se não

tivesse direitos iguais a qualquer outro cidadão. Assim as ações afirmativas são maneira também de mostrar que o negro tem capacidade e direito de ter um ensino de qualidade e serem respaldados de todas as desigualdades sofridas por conta da interpretação racista das pessoas que se consideram superiores.

Entender as ações afirmativas como uma proposta que busca romper com uma estrutura social, cultural e econômica, respaldada por um sistema de poder que legitima e naturaliza comportamentos como o racismo. É possibilitar a implantação de mecanismos de combate, aos mais diversos tipos de discriminação, seja através das leis, dos movimentos sociais ou pelas lutas das sociedades civis organizadas. Apropriar de valores que busquem contemplar com um ideal mais justo de igualdade jurídica, no qual não nega a diversidade e as diferenças, que construam conceitos e a práxis de uma cidadania que não se assegure meramente como um potencial de consumo, capaz de perceber os fatos históricos e sociais que geram as desigualdades, é condição vital para se construir um ideal de sociedade que produza em variados sentidos (ciência, política, saberes), uma utopia do real, possível e concreta, consonante com as necessidades sociais dos espaços. (VAZ, 2012, p. 59).

A sociedade é corrompida por um pensamento racista e preconceituoso que tem suas consequências vistas até hoje, e o conhecimento é a ferramenta de mudança, porque através do conhecimento os sujeitos de uma sociedade vistos como minoria como os negros, serão capazes de construir suas ideias e buscar por seus interesses e direitos sem serem alienados, se tornando conhecedores da sua própria história e construído sua identidade. Para que isso aconteça é necessário que haja uma educação de qualidade para todos e que contem a história de seu povo e formação do país integralmente sem que a história do negro seja tratada de forma desvalorizada e inferior as demais.

Portanto, só através dos conhecimentos podemos nos libertar das alienações e assim sendo capaz de declarar nosso pertencimento racial, podendo construir uma identidade livre de conceitos pré-estabelecidos, para isso faz se necessário entender como se deu todo o processo da história dos negros para que não hajadiscriminações e preconceito principalmente de ordem racial nas relações humanas estabelecidas.

1.3. TRAJETÓRIAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL N.º 10.639/2003

A história de um povo conta muito como são construídas suas relações sociais, históricas e culturais, mas o que interfere no resultado mais ainda são como

essas histórias são transmitidas às futuras gerações, exaltando só o lado sombrio de desrespeito ou se reforça a importância do povo em si, como seres humanos, agentes sociais capazes de ter cultura, línguas, religião e muitos outros fatores com valores.

Segundo Santos (2005) a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) é fruto das lutas anti-racista dos movimentos negros que passaram por várias fases desde a percepção que afirma que não só a abolição da escravatura seria o suficiente para livrar os negros das desigualdades sofridas por eles, passando pela descoberta de que a educação formal não seria suficiente para que o negro fosse respeitado e visto como igual por carregar esse título de descendente de escravo até a luta pela implantação de currículos que ensinem o respeito a história e cultura afro brasileira, tudo que o povo africano passou no Brasil e por tanto fazer parte do mesmo.

De acordo com Santos (2005) O movimento negro percebeu que a educação também é uma forma de alienação de pessoas. A discriminação na escola é feita de forma sutil, mas que causou e ainda causa vários estragos como o preconceito aos grupos étnico-raciais. Percebemos que a escola é ponte para a mudança de condições e direitos negados aos negros. Pois está na educação à maior possibilidade de se ter igualdade, mesmo a escola tendo sua responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais, é a própria que tem o poder de dar continuidade a esse processo de discriminação entre negros e brancos ou de fazer com que novas práticas de ensino sejam implantadas para que se realmente possa ter a democracia racial onde apreenderemos respeitar a história de diferentes grupos étnicos assim como a individualidade e característica de cada um.

Pensando na equidade social é que surgem com cada vez mais força movimentos que correm atrás desses direitos iguais para todos numa luta por melhores condições e oportunidades o vem dando resultado a exemplo disso todas as leis que determinam o ensino da história e cultura afro-brasileira. Já é um progresso, mas a lei é barrada quando percebemos a falta de comprometimento da legislação em fazer com que seja cumprida. Como bem especifica Sales Augusto dos Santos (2005, p. 34):

Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta anti-racismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. Contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente

para a sua implementação de fato. Segundo o nosso entendimento, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja, a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro.[...]

O Santos (2005) apresenta que mesmo com tantas deficiências é um começo de uma mudança e os movimentos sociais negros e de intelectuais engajado na luta anti-racista para que essa lei seja cumprida e não seja só, mas um documento que não é posto em prática tem movimentado a discussão sobre a importância desse tema a ser explorado na educação para que possam ter uma sociedade que entenderá das suas origens e que com isso se tenha uma sociedade menos discriminatória e preconceituosa.

O processo das mudanças que ocorreram na Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB), (BRASIL, 1996) pelas leis 10.639/03 e 11.645/08 foram para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2003) (Anexo 03) e indígena na educação básica (BRASIL, 2008) (Anexo 02). Para implementação da Lei n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003) junta-se a vários dispositivos legais para permitir a elaboração de diretrizes de projetos que valorizem a história e cultura afro-brasileira.

A Conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE) Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva relatou no parecer referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASÍLIA, 2004). Relatos que no parecer está baseado na busca de respostas para a educação da população afro descendente com relação a ações afirmativas, que são políticas reparadoras de reconhecimento da história, cultura e identidade, sendo uma política curricular que tem seus fundamentos na história social da realidade brasileira com o objetivo de evitar o racismo e a discriminação principalmente com os negros.

Uma forma de compensação através do conhecimento, que traz novas posturas e atitudes com relação à origem étnico-racial de cada cidadão descendente de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos. Pois a formação de um país democrático garantiria direitos iguais e identidade valorizada.

Segundo as orientações curriculares descritas no parecer do CNE as políticas afirmativas têm como meta priorizar os direitos dos negros de se reconhecerem na cultura nacional, de se manifestarem individual e coletivamente com autonomia. Tais políticas têm como meta os direitos dos negros, assim como de qualquer outro

cidadão brasileiro de ter o direito de estudar numa escola de qualidade, estudarem todos os níveis de ensino que quiserem, com professores capacitados nas diferentes áreas do conhecimento, que sejam capazes de lidar com os problemas que surgem por causado racismo e discriminação de forma que possa conduzir uma reeducação das relações étnico-raciais.

Ainda de acordo com o parecer das orientações curriculares as condições materiais da escola, a formação dos professores capacitados sobre as diferentes relações étnico-raciais existentes são imprescindíveis para que haja uma educação de qualidade e igualitária, assim como conhecimento da história, cultura e identidade dos descendentes africanos

As políticas de afirmação surgem como são propostas que devem garantir que a educação, saúde e outros direitos básicos de um cidadão sejam iguais para todos sem distinção de classe, gênero ou cor/raça. São uma forma de garantir que a educação dos negros seja de qualidade como de qualquer outro indivíduo.

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias, a essa população, de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão. (BRASÍLIA, 2006, p. 232).

A valorização da educação dos negros é importante para o crescimento dos mesmos e para que permaneçam nas escolas e universidade sem se sentirem diminuídos pela falta de reconhecimento da sua história, pela discriminação e preconceito de quem vem de outros grupos sociais.

As políticas de afirmação são um meio de fazer com que a história e cultura africana sejam reconhecida e conseqüentemente todas as pessoas descendentes que fazem parte dessa história, sendo uma forma de enxergar esse mundo de forma não preconceituosa.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, a sua descendência africana sua cultura e história. Significa busca compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras piadas de mal gosto, sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de antepassados seus terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASÍLIA, 2006, p. 233).

A formação escolar tem que formar pessoas com personalidades próprias sem esquecer que cada um tem suas singularidades e para isso é imprescindível a valorização de todas as histórias e culturas.

Não deveríamos precisar de leis para nos obrigar a valorizar e ensinar história e cultura afro-brasileira, afinal de conta que democracia racial é essa, se a divergência entre negros e brancos é tão clara, porque ainda não aprendemos a conviver com as diferenças de forma harmoniosa e respeito devido negando oportunidade e direitos.

A educação é um dos pontos chaves que demonstram essa desigualdade entre brancos e negros, onde o negro é obrigado a deixar de lado sua cultura para viver a do outro sendo que o mesmo é formador dessa história e cultura mais a que sobressai é sempre a dos brancos.

Fato esse que vem causando uma perda da identidade, onde grupos étnico-raciais não se reconhecem pela falta de conhecimento de sua história. Por isso, a importância da inclusão de conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira para que através desses estudos possa ser resgatada a verdadeira participação do negro na história do Brasil em todas as suas áreas desde a social, política, econômica, cultural e muitas outras que tem no seu contexto geral que influenciados por esses grupos étnico-raciais.

Contudo, a educação das relações étnico-raciais faz com que as pessoas construam uma identidade em princípios históricos verdadeiros e não em conceitos baseadas em ideologias de um sistema preconceituoso que diferenciam as pessoas por gênero e raça/cor.

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras influenciam, interferem, e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. (BRASÍLIA, 2006, p. 234).

De acordo a citação anterior é claro a diferença que se faz entre as pessoas pelas suas características físicas e que prejudicam o futuro desenvolvimento dessas pessoas na sociedade, são esses tratamentos diferentes que devem ser combatidos

e isso se fará através ter uma educação que aos poucos vá desconstruído esse pensamento de que existem superioridades entre as pessoas.

O conhecimento sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é importante por que trás uma versão da história de um povo que ficou escondida e que precisa ser desmitificada para que haja novas maneiras de se ver essa história com toda riqueza que ela tem e que é parte da origem de um país construído por uma diversidade enorme de culturas. Isso só será possível se esse conhecimento for repassado de forma correta

A inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares demanda muitas mudanças, um dos pontos principais que vem sendo discutido é a formação dos novos professores e dos que já estão em sala de aula em como lida com essas questões e sua capacitação para trabalhar com tais temas

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos que se repetem há cinco séculos, a sua identidade e a direitos seus. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, tornando-se capazes de construir uma nação democrática. (BRASÍLIA, 2006, p. 239).

É inegável a necessidade de uma educação voltada para o aprendizado das relações ético-raciais é uma forma de nos tornamos um país democrático e que respeita suas diversidades culturais.

A educação deve estender e incluir a história e cultura afro-brasileira e africana a todas as pessoas para que enfim seja democrática. Porque uma história para ser entendida precisa ser bem explicada sem falta nem um pedaço por isso a importância da capacitação dos professores para que saibam trabalhar com essas discussões.

CAPÍTULO 2. O CAMPO CURRICULAR NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Partido do ponto em que se sabe que temos uma diversidade étnico-racial presente na formação populacional do Brasil e que não deve ser negada, é que se deve colocar o campo curricular nessa questão, pois é a partir do currículo que começamos a valorizar o que deve ou não ser estudado com maior profundidade e a questão da diversidade étnico-racial ser tratada de forma a valorizar a História e a Cultura Afro-Brasileira como está estabelecida na lei n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003) e a dificuldade de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2006).

Possibilitando ser tratada de forma menos transversal pela educação básica por ser um componente necessário ao estudante para que conheça a história desses grupos étnicos para assim valorizar e ter a consciência da sua importância e valor podendo se declarar descendente e se auto identificar com autonomia.

2.1. OS CURRÍCULOS E A DISCUSSÃO A CERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O currículo é algo que organiza, dá direção a um projeto ou ações a serem realizadas, os currículos educacionais são responsáveis por planejar e orientar as escolas a desenvolverem suas ações de ensino o que por consequência vai identificá-la de acordo com suas características próprias.

Para uma melhor organização das práticas educacionais foi criado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) (BRASIL, 1998 e 2000) que estabelecem pilares do que deve ser ensinado nas escolas, assim são referenciais de qualidade elaboradas pelo governo federal para nortear as equipes escolares em seus trabalhos. Os PCN's começaram a ser elaborados no ano 1995 e terminados no ano de 1997, são diretrizes voltadas, sobre tudo

para a estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo Brasil, seu principal objetivo é padronizar o ensino no país, estabelecendo pilares fundamentais para guiar a educação formal e a própria relação escola-sociedade no cotidiano.

Destaca-se os PCN's do ensino fundamental II (BRASIL, 1998) e Ensino Médio (BRASIL, 2000) por ser o campo de observação. Começamos com a divisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental II que corresponde do 6º ao 9º ano e são organizados da seguinte forma: o documento de introdução, que justifica e fundamenta as opções feitas para a elaboração dos documentos de áreas e Temas Transversais e seis documentos referentes às áreas de conhecimento que são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física, Língua estrangeira. E não menos importante mais três volumes com seis documentos referentes aos Temas Transversais:

- o primeiro volume traz o documento de apresentação destes Temas, que explica e justifica a proposta de integrar questões sociais como Temas Transversais e o documento - Ética;
- no segundo, encontram-se os documentos de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual;
- no terceiro, os de Meio Ambiente e Saúde, Trabalho e Consumo (BRASIL, 1998).

São documentos que no Ensino Fundamental e Médio estabelecem, para os sistemas de ensino, uma base nacional comum nos currículos e servem de eixo norteador na revisão ou elaboração da proposta curricular das escolas. Vem com a indicação do caminho que a escola deve trilhar no que diz respeito ao que os estudantes devem apreender na escola e utiliza o PCN como orientador para construir seu caminho pedagógico de acordo com as suas necessidades.

Já os PCN's para o Ensino Médio estão organizados em três grandes áreas:

- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (reunindo questões referentes ao ensino de Língua Portuguesa, Literatura, Línguas Estrangeiras, Arte, Educação Física e Informática);

- Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Biologia, Física, Matemática e Química);
- Ciências Humanas e suas Tecnologias (Filosofia, Geografia, História e Sociologia).

Os mesmos têm por objetivo auxiliar os educadores na reflexão sobre a prática diária em sala de aula e servir de apoio ao planejamento de aulas e ao desenvolvimento do currículo da escola. Por isso não são uma coleção de regras que pretendem ditar o que o discente deve ou não fazer. E sim, uma referência para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino (BRASIL, 2000).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são responsáveis por direcionar as escolas na construção de um caminho curricular que atenda as demandas de todas as disciplinas fazendo com que o conhecimento chegue a todos de forma igual. Nesse contexto se faz necessário discutir o currículo voltado às discussões étnico-raciais, questão que está dentro dos temas transversais, são discussões muitas vezes evitadas por existir uma idéia de que a educação é feita para todos e que não existe distinção étnico-racial, assim não precisa dar uma ênfase. Mas a realidade não condiz com as leis estabelecidas nos currículos sendo que os mesmos discutem através da lei federal n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003) a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, mas o que vemos é esse currículo ser negligenciado quando da sua explicação, pois na hora de por em prática nas salas de aula são colocados de forma transversal como se não fossem tão necessários à formação do estudante e de sua identidade (BRASIL, 2006). O Brasil é um país que não preserva a sua história e sim que tenta esquecer.

A educação básica voltada às diversidades étnico-raciais é uma necessidade que deve ser discutida não só nos currículos escolares mais dentro da sala de aula, pois ao que diz respeito à formação de estudantes com a capacidade de se auto identificar como: negro, pardo, índio, branco ou amarelo é preciso ser trabalhada desde o início da educação básica, para que o ato de se identificar principalmente como negro seja motivo de orgulho por ser afro-descendente e não uma vergonha por terem sido povos marginalizados e destituídos de seu país como se não fosse gente, como mercadorias, e sim lembrados e respeitados por ser um povo de fibra e muita

resistência e de cultura e costumes marcantes, que hoje são parte da cultura brasileira por estarem tão presentes na composição étnico-racial que o Brasil possui.

Para fazer uma análise do currículo que abrange as discussões existentes sobre a relação étnico-raciais pode-se iniciar falando sobre os temas que valorizam grupos étnico-raciais que não estão inseridos ou são temas que estejam lá para satisfazer a lei 10.639/03 de inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2003) e apenas como sugestão de ensino, assim tratados como não importantes para a formação escolar e de identidade do estudante.

As questões sobre a diversidade étnico-raciais na educação são invisíveis no currículo para que não haja uma discussão maior a cerca do mesmo, mantendo assim o mito da democracia racial, do país onde não existem diferenças entre as pessoas e todas são tratadas igualmente. Silva (2005) fala sobre as questões que devem ou não fazer parte do currículo e apresenta:

Nas teorias do currículo, entretanto, a pergunta “o que” nunca está separada de uma outra importante pergunta “o que eles ou elas devem saber?” ou melhor, o que eles ou elas devem se tornar?”. Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão “seguir” aquele currículo. Na verdade, de alguma forma essa pergunta precede a pergunta “o que?”, na medida em que as teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoa que elas consideram ideal. [...]. (SILVA,2005, p.15)

Assim inferimos que o currículo só enaltece o conhecimento que tornará as pessoas como o mesmo deseja, fazendo assim um processo de alienação, pessoas ajustadas ao modelo proposto. Um currículo que segue um padrão único sendo que quando for aplicado em sala de aula haverá uma infinita diversidade étnica para recebê-lo o que forçará a maioria a não ter identidade própria já que esta sendo submetida a um currículo que já tem uma identidade definida e tida como a certa.

Moldar o conhecimento do currículo a uma única identidade é como falar que não existe diversidade de pessoas e culturas, Silva (2005, p.15-16) afirma que:

[...] Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o

conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que nos tornamos; na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade[...].

Ao falar sobre o currículo poder ser uma questão de identidade o autor Silva (2005) deixa claro que os conhecimentos propostos no currículo vão definir quem se tornaram os estudantes. Todo o conteúdo do currículo é essencial a sua formação mais antes de tudo ele deve ser pensando como um formador de identidade própria e não instrumental que busca uma hegemonia que não existe. Por isso, o currículo deve ser voltado a toda diversidade étnico-racial para poder favorecer a todos.

Não havendo essa preocupação o poder da classe dominante, que não é a maioria, é visto no currículo sendo estabelecida a marca de quem tem mais poder nas relações sociais quem é mais bem visto. Podemos constatar essa relação do poder ter influência sobre a construção do currículo, conforme Silva (2005, p.16) expõe:

Da perspectiva pós-estruturalista, podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma questão de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder. [...]

A partir do momento em que se classifica esse ou aquele conhecimento como o que deve ser ensinado, esta se dizendo o que o estudante se tornará. O que mostra o poder de um grupo dominante na hora de escolher os conteúdos do currículo.

De acordo com Silva (2005, p, 16) “[...] As teorias do currículo estão ativamente envolvidas na atividade de garantir o consenso da hegemonia [...]”. O que está diretamente ligado ao poder de um grupo de pessoas acha ter sobre o outro. Sendo que essa ideia de supremacia de um povo sobre o outro não deveria existir em nenhum lugar, muito menos no contexto escolar por se trata de um meio pelo qual o conhecimento é transmitido como a chave para que as relações sejam mais respeitadas e não de superioridade.

Entendemos então que o currículo é uma faca, de dois gumes, onde ele tem dois efeitos que dependendo do que se quer e como ele é proposto pode ter efeito contrário. Por esse motivo deve ser trabalhado com cautela

analisando os contextos onde os mesmos vão ser aplicados, levando em consideração o interesse de todos envolvidos no processo educativo, e principalmente dos educando, começando pela elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a educação básica passando pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que norteiam cada estado na produção do seu referencial curricular e que por sua vez orientam as escolas no desenvolvimento de seu currículo próprio de acordo com suas necessidades e condições.

Um trabalho que às vezes na sua aplicação efetiva foge do que era esperado para necessidade do estudante se encontrar como cidadão que sabe se definir diante da sociedade.

2.1.1. O currículo no estado do Tocantins a cerca das relações étnico-raciais

Existem normas obrigatórias que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino que são Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's). As mesmas orientam as escolas na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. São normas discutidas e concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

As diretrizes são gerais para a Educação Básica, sendo que para cada etapa ou modalidade: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, existem diretrizes curriculares próprias. São diretrizes que proporcionam uma equidade da aprendizagem, levando em consideração os diversos contextos em que os estudantes estão inseridos. Garantem também que os conteúdos básicos sejam ensinados igualmente.

O referencial curricular do Estado do Tocantins é fruto do trabalho de educadores do estado que analisaram e discutiram as necessidades das escolas em melhorar a educação, para que a sociedade seja mais igualitária e isso foi feito em encontros do Programa de Formação Continuada. Sendo construído a várias mãos como professores (as) universitários (as), técnicos da SEDUCe educadores da rede estadual de ensino tudo isso para melhoria da escola pública do Tocantins. (TOCANTINS, 2008 - 2009)

O Referencial Curricular do Ensino Fundamental do Estado do Tocantins está bem organizado e de acordo com as leis exigidas por isso esta em:

[...] conformidade com a Constituição Federal, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com a Legislação Estadual e tendo como referência teórica principal os Parâmetros Curriculares Nacionais, tem como objetivo explicitar uma concepção teórica e metodológica sobre o processo educativo que oriente o sistema estadual de ensino, sendo um referencial de apoio na elaboração do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar. (TOCANTINS, 2008, p. 13)

E não muito diferente do referencial curricular do Ensino Fundamental, foi construída a proposta do referencial curricular do Ensino Médio que compõe a Proposta Curricular da Educação Básica do Estado do Tocantins (TOCANTINS, 2009). A proposta do referencial curricular do Ensino Médio surgiu da discussão entre docentes do Ensino Médio e técnicos da SEDUC/TO, no ano de 2003, mas foi só em 2005 começaram sua organização (TOCANTINS, 2009). Quanto à construção do referencial curricular do Ensino Médio a prioridade foi:

[...] pela escolha de um processo de construção genuinamente tocaninense. Professores e professoras que, no dia a dia, realizam a obra dentro das salas de aula, alunos e alunas que interagem na busca da sua formação, docentes do ensino superior que se relacionam com este processo formativo pelo vínculo que adquirem com os seus egressos, técnicos da SEDUC e assessores da própria terra, cada um e todos, no seu papel, foram decisivos para que o documento fosse sendo configurado com a identidade das expectativas e das necessidades próprias e peculiares do estado mais jovem da nação brasileira. (TOCANTINS, 2009, p. 16)

A importância de se pensar um currículo que busque a uniformidade no ensino, é necessária, e deve levar em consideração a percepção dos atores que faz a educação acontecer em consonância com as particularidades de cada lugar, inclusive com a diversidade de pessoas que vão receber essa educação.

A sociedade brasileira é constituída por diferentes grupos étnico-raciais, sendo uma história marcada por discriminações e desigualdades principalmente quando o grupo é de negros ou indígenas. Desse modo trata o currículo do Tocantins a cerca das relações étnico-raciais é relevante por se tratar de uma questão importante para a formação do estudante como sujeito e a partir do mesmo perceber como que as escolas estão sendo orientadas a

incluir em seus currículos próprios o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e se essa inclusão é realmente efetivada na sala de aula no sentido de reforçar a construção da identidade do estudante.

E para entender como o currículo fez se necessário analisar o currículo da escola campo que é orientado pelo referencial curricular do estado (TOCANTINS, 2008 e 2009), para que se possa no decorrer da análise, perceber quais as práticas efetivas realizadas pela escola para esse fim.

A pesquisa foi voltada para a área de humanas do ensino médio (TOCANTINS, 2009), em especial na disciplina de Geografia por ser a área do estágio, também sendo observadas as outras disciplinas da área de humanas.

Na análise do currículo proposto pela escola identificou-se que a mesma trabalha alguns temas voltados às relações étnico-raciais. Como a diversidade étnica e formação do povo brasileiro atendendo ao referencial curricular do Estado do Tocantins que propõe que a escola inclua o ensino da história e cultura afro-brasileira. Porém o mesmo não tem um caráter específico para construção da identidade étnico-racial do estudante, tratando a história do negro de modo ainda pejorativo sem grande valor. Ficando a cargo do(da) professor(a) se aprofundar ou não nessa questão.

O currículo a cerca das relações étnico-raciais se faz necessário porque representa a superação de discursos e práticas racistas na educação escolar e ajudaria na superação do racismo. O que viabilizaria a efetivação de uma educação com direitos educacionais iguais, onde as instituições de ensino não só reconhecem a diversidade étnica e cultural de diversos grupos que compõem e fazem parte das relações estabelecidas na mesma mais criam práticas pedagógicas que valorizem essa diversidade. Assim a implementação de uma política para a diversidade que contraria o mito da democracia racial será tida como política afirmativa para a equiparação de direitos e deveres na convivência e na distribuição de oportunidades entre os vários grupos que formam a população do Brasil sem menosprezar ou valorizar esse ou aquele grupo.

Comprovando que o processo de implementação da lei n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003) mesmo já tendo sido aprovada a mais de quatorze anos ainda está na fase de sair da lei para a prática pedagógica no Colégio Estadual Jorge Amado para que possa se concretizar uma educação voltada às relações

étnico-raciais tem um longo caminho. Percebemos o interesse do Estado em atender a lei ao propor no currículo a obrigação do cumprimento da mesma na escola, mas sabemos que esse processo tem muitas barreiras e que precisam ser superadas para que o currículo escolar atenda com louvor a essa causa.

Por isso, coloca-se as dificuldades citadas pelos(pelas) professores(as) da escola de modo geral em relação à efetivação da lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) na sala de aula, uma das dificuldades foi à falta de material didático que atendam as políticas de ações afirmativas² voltadas a diversidade étnica. Pois segundo os mesmos livros didáticos a disposição do(da) professor(a) não tratam a questão com ênfase na valorização da diversidade étnica, pois a maioria é construída de uma forma que os negros são vistos como uma classe inferior por terem sido escravizados .

Outro fator interessante citado pelos (pelas) professores(as) foi que para haver uma melhor educação das relações étnico-raciais seria necessário uma disciplina específica para a diversidade étnica já que a mesma é importante e vem sendo praticada de forma transversal sem muita ênfase, com pouca relevância em todas as disciplinas principalmente nas ciências humanas.

De acordo com relatos do quadro de professores(as) das ciências humanas e análise do currículo escolar é possível identificar que existe muito a ser feito para efetivação de uma educação que desenvolva e valorize a construção de uma identidade étnico-racial livre de preconceito e racismo pela origem afro-descendente de cada sujeito. Mais seria importante que não tendo uma disciplina específica que o conteúdo fosse abordado em todas as disciplinas.

Há uma luta muito grande e de interesse de todos os cidadãos para que haja uma equidade de direito e oportunidades tanto na educação escolar como para a vida em sociedade de cada pessoa sem distinção de etnia. De um lado as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), que são normas discutidas e concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). E no meio o Estado com referencial curricular indicando o ensino como sugestão na

²Ação afirmativa: [...] Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego [...] (GOMES, 2005, p. 53).

transversalidade das disciplinas e de outro lado a escola com dificuldades para incluir na prática pedagógica de forma positiva um tema com poucas referências didáticas. Sem contar com o despreparo dos próprios professores(as) com relação à temática proposta pela lei.

Percebe-se na análise dos livros didáticos que se refere às disciplinas de humanas que a escola não aprofunda a temática das relações étnico-raciais por se trata de temas incluídos no currículo da escola de forma transversal e que os mesmos não tratam a questão de forma positiva no que diz respeito a valorização do(a) negro(a) como indivíduo com capacidades e direitos iguais aos(as) brancos(as). Não existir nos livros didáticos a discussão das etnias, o que faria da escola um espaço crítico e inovador. Um ambiente de ensino de qualidade poderia criar melhores condições de diminuir preconceitos.

Para melhorar a educação e fazer com que chegue a todos tem que se pensar em uma educação planejada de acordo com todas as diferenças da sociedade, isso trará uma equidade maior. E ter como relevante e necessária a discussão sobre a educação escolar para as relações étnico-raciais na rede básica de ensino, assim fazem refletir sobre os caminhos e possibilidade de uma convivência harmoniosa e de respeito entre as pessoas em prol de uma uniformidade de interesse que tem na educação a chave para a mudança histórico construído em bases preconceituosas e pejorativas de um povo que contribuiu e contribui na construção da nação brasileira.

2.1.2. O currículo a cerca das relações étnico-raciais na escola campo

A escola como lugar de transmissão de conhecimento tem uma função social ligada diretamente aos momentos históricos vividos no Brasil, se há muito tempo a escola era um lugar para poucos privilegiados, nos dias atuais é tida como um alicerce na estrutura da formação da sociedade, tendo um papel formador de identidades e orientador dos cidadãos. Essa é uma mudança histórica onde a escola se tornou a principal transmissora do conhecimento sendo essencial para o desenvolvimento do país, sendo a escola pública abrangente tem como responsabilidade assegurar que a educação chegue a

todos e com iguais condições de ingresso e permanência e de forma a incluir todos os grupos sociais sem nenhuma distinção.

Cada escola está inserida em um contexto diferente com seus determinantes como expectativas, valores e realidades econômicas e culturais, por isso, cada escola desenvolve de acordo com os parâmetros curriculares nacionais o seu próprio projeto político pedagógico que vai expressar os interesses coletivos, demonstrando sua identidade e respeito aos estudantes e a sociedade. Segundo Ilma Passos da Veiga (1998, p. 11) “[...] o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas: é construído e vivenciado, em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) faz referência à realidade da escola e de seus estudantes, são construídos de acordo com as necessidades da mesma juntamente do desejo da comunidade local tendo um caráter democrático, demonstra em seu conteúdo as ações e projetos que serviram para nortear o trabalho dos docentes e sendo um projeto construído a várias mãos, leva em conta os interesses tanto da comunidade escolar como dos pais e estudantes, o mesmo torna-se um elemento de orientação e de identificação da escola.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 1998, p.11-12)

Então é responsabilidade também da escola construir um currículo pensando em todos e nas diferenças existentes. Portanto, para além da discussão é necessário estabelecer uma relação entre o referencial curricular e o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) (BRASIL, 2009). Para ver se os mesmos foram construídos de acordo com as diferenças existentes principalmente dos estudantes que estão em formação e necessitam de uma formação que não exclua e nem enalteça um único povo ou partes da história do país em que vivem para que assim tenham uma compreensão real do mesmo formando uma identidade livre de ideologias pré-estabelecidas e tidas como melhores, formando um cidadão capaz de se auto identificar sem receios.

A urgente necessidade de uma desconstrução de uma realidade preconceituosa para que haja equidade maior nas escolas tem que ser discutida começando pelos currículos escolares que são os orientadores do que vai ser feito em sala de aula. Tendo em vista que todas as disciplinas tem um papel no projeto político pedagógico de se inserir como componente curricular de forma contextualizada atendendo regras pré-estabelecidas com a intenção de que seus objetivos sejam alcançados.

De acordo com as observações feitas durante os estágios na escola campo, Colégio Estadual Jorge Amado, no contexto das relações étnico-raciais e sua aplicação na educação básica analisando algumas questões, como acadêmica do curso de Geografia essa se deu mais na disciplina de geografia e na convivência na biblioteca e na hora do intervalo onde tive oportunidade de observar a diversidade étnica existente na escola. Surgindo a necessidade de saber como cada educando se identificava e se eram estimulados a compreender sua origem através dos conhecimentos recebidos em sala de aula.

Para compreender melhor a observação foi feita principalmente com os estudantes do ensino médio por terem passado por um processo de aprendizagem mais longo tendo opiniões já formadas, sendo possível identificar quais conhecimentos adquiriram e se já são capazes de se auto identificar quanto sua real origem o que fará entender o quanto a escola os formou para isso.

A escola deve acolher as diferenças através de práticas educativas constantes não só como uma sequência a ser seguida por orientação do referencial curricular, mas por serem práticas determinantes na construção de um cidadão conhecedor da sua história. O conhecimento transforma as pessoas em seres capazes de se respeitar mutuamente fazendo com que se tenha uma sociedade humana quanto suas relações com grupos étnico-raciais, ou seja, mais respeitado e em busca da equidade.

A unidade escolar como o próprio nome já diz busca integração entre suas ações com todos os membros pertencentes para um objetivo comum de unidade, através de projetos para a formação do estudante como cidadão que se respeita e respeita o próximo pelas suas diferenças.

O Colégio Estadual Jorge Amado tem suas propostas e ações quanto a práticas de construção de identidade, ficando sobre a opção do docente lecionar ou não os temas referentes à construção de uma identidade baseadas na história e cultura afro-brasileira, voltada a valorizar a identidade individual do estudante. Mesmo essa questão sendo obrigatória na discussão cotidiana, a sua necessidade para a formação completa do estudante não é vista como relevante ao ponto de ser mais elaborada.

2.2. A ESCOLA CAMPO

Nosso primeiro ambiente social é a família, que representa nossa primeira visão de como vamos conduzir nossas relações e ligação com o mundo, assim a família enquanto primeiro ambiente de convívio e experiênciase construções de verdades é um lugar onde se criam laços de respeito ou não em relação aos outros que posteriormente é levado para os ambientes freqüentados. E passando esse primeiro ambiente social da família, vem a escola segundo lugar em que passamos boa parte de nossas vidas, quando passamos do grupo social da familiar para o grupo social da escola tem se aí um grande desafio, pois os confrontos de pensamentos e verdades pré-estabelecidas na família de cada ser social entram em debate pelas diferenças que cada um carrega consigo.

A escola se torna um lugar de possibilidades de crescer como pessoa, como cidadão participante da construção da sociedade com direitos e deveres que devem ser respeitados sem nenhuma distinção de qualquer gênero, a escola é responsável por ensinar a viver e conviver com as diferenças, reconhecendo as mesmas aprendendo a viver em sociedade harmoniosamente. A educação escolar deve capacitar seus estudantes a lidar com a diversidade e todas as manifestações de desrespeito que resultam da prática cotidiana uma educação que deve ser uma parceria entre a família e a escola

Sendo a escola um lugar de construção de conhecimento e saberes que objetiva transformo o estudante em um cidadão pronto para conviver na sociedade é importante conhecê-la. Neste caso a escola campo Colégio

Estadual Jorge Amado e para a pesquisa foi necessário fazer um breve diagnóstico sobre a sua criação, estrutura, quadro de professores (as) e projetos.

O Colégio Estadual Jorge Amado foi criado em 1977, em um terreno doado pelo proprietário do loteamento, o Sr. Benedito Canuto Braga, através de reivindicações do Vereador Raimundo Lira e atendendo ao pedido e as necessidades dos moradores do bairro, por ser difícil o acesso a outras escolas. A unidade escolar teve um início difícil, por falta de recursos para o melhor atendimento dos estudantes, inicialmente funcionando com apenas duas salas. Administração municipal no período era o Sr. Joaquim de Lima Quinta e gestão escolar era de responsabilidade da professora Iolanda de Jesus Silva Barbosa.

Em 1981, O Colégio passou a funcionar sob o convênio parcial entre a gestão municipal e estadual com direção da professora Maria Lucilene de Sousa Frazão, deste período até atualidade o colégio passou por várias mudanças tanto na sua estrutura física como político-pedagógica. Hoje a escola pertence à rede estadual de ensino tem como diretora a professora Elizabete Souza Batista, formada em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e quanto à estrutura tem uma área de 2.573 01 m² no total com 936,54 m² construído que está dividida em 02 prédios de pavimento único. (Figura 01)

Figura 01. Entrada da escola campo.



Fonte: MELLO. Joelma Araújo Borges. 07/ 03/2017

Quanto à estrutura do Colégio Estadual Jorge Amado, atualmente possui 08 salas de aula, 01 biblioteca com vasto acervo bibliográfico, 01 sala de professores (as) com banheiros, sendo 01 masculino e outro feminino, 01 secretaria, 02 pátio coberto onde são realizados os eventos comemorativos e as aulas práticas de Educação Física e de modalidades esportivas do Programa Mais Educação, 01 cozinha, 02 banheiros um masculino e outro feminino com 03 box cada, 01 sala para coordenação pedagógica, 01 sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), 01 sala da orientação educacional, 01 secretaria, 01 sala para o setor financeiro e apoio da merenda escolar, 01 depósito da merenda, 02 depósitos para outros fins e 01 almoxarifado e 01 laboratório de informática. As salas são amplas, arejadas e climatizadas.

Quanto ao seu alunado a escola recebe estudantes provenientes de diversos bairros da cidade e também residentes na zona rural. Esses discentes pertencem a classes sócio-econômicas diversificadas e trazem para a escola uma variada educação moral, religiosa e cultural.

Para uma escola que inicialmente só tinha duas salas, atualmente segundo os projetos políticos pedagógicos (PPP, 2015 p. 05 e 2016, p. 05)

atendia a 523 estudantes do ensino fundamental e médio, distribuídos nos 03 turnos no ano de 2015. O cenário dos anos seguintes são em relação a 2015 os estudantes matriculados em 2016 diminuíram cerca de 6,5% e no ano de 2017 um percentual de 4,9%. Contudo, os docentes matriculados em 2017 cresceram 1,6% perfazendo um total de 497.

O corpo docente da escola é constituído por professores que possuem graduação e alguns deles também especialização em sua respectiva área de atuação. Na medida do possível, os mesmos estão buscando aprimorar seus conhecimentos através de cursos, palestras, oficinas e outros. A escola tem vinte três professores(as) todos graduados(as), e três destes especialistas, quinze concursados e oito contratados e todos eles são habilitados na área em que lecionam(PPP, 2016).

2.2.1. Práticas educativas da escola campo

Conhecer a escola desde o seu início, incluindo os processos e motivos da sua criação são importantes para o conhecimento de suas práticas pedagógicas e ações educativas em que mais se envolvem para a formação completa do estudante como cidadão capaz de compreender e respeitar as diferenças que existem na sociedade.

Os projetos desenvolvidos na unidade escolar para o aprimoramento do aprendizado do estudante é que temos de acordo com o PPP (2016) da instituição, projetos voltados a uma política de inclusão com equidade onde se afirma que a escola deve acolher a todos sem critérios ou mecanismos de seleção para o acesso ou permanência na mesma sendo a educação uma construção inclusiva pautada no acolhimento de todos.

O Colégio Jorge Amado tem como projeto de inclusão com grande ênfase a valorização de um espaço escolar acessível para crianças com deficiência física que serve tanto para receber os alunos da unidade como para a comunidade escolar com algum tipo de deficiência física e outro projeto em destaque no PPP (2016) é realizado na escola com vistas à inclusão de estudantes com necessidades especiais de aprendizagem e que foi a

implantação de uma sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado), sala proposta de acordo com o colégio por:

[...] reconhecer as dificuldades de aprendizagem acentuadas de alguns alunos desta unidade escolar, verificou-se que esses necessitavam de um atendimento exclusivo, pois os mesmos atendiam o perfil exigido para a sala de AEE, que por lei seria a alunos com alguma deficiência como (cegueira, surdez, deficiência intelectual), alunos com transtornos globais do desenvolvimento (Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger, Autismo clássico) e alunos que evidenciam altas habilidades/superdotação [...] (PPP. 2016. p, 36)

Projetos implantados pela necessidade de se ter uma escola de fato inclusiva e depois da melhoria no estabelecimento pode receber com mais qualidade e garantia de sucesso educacional estudantes com necessidades especiais de ensino. Outros projetos realizados pela unidade escolar contemplados no PPP (2015 e 2016) são:

- Projeto Agenda 21;
- Escola e Comunidade em ação;
- Projeto da Biblioteca;
- Plano de Trabalho da Orientação Educacional;
- Projeto de Intervenção Pedagógico;
- Projeto de Complementação de Carga Horária do Noturno 2016;
- PSE – Programa Saúde na Escola;
- PROEMI;
- Minha Sala é TOP.

Ao final de cada ano letivo todas as propostas e projetos de ação do PPP são revisados para que sejam detectados os pontos positivos e negativos das ações planejadas com o objetivo de que seja melhoradas, seu sucesso, depende do acompanhamento e controle de suas ações para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizado. Um trabalho que a escola faz todos os anos em conjunto com todos da comunidade escolar, tendo um caráter democrático para ajudá-los a conduzir e superar as expectativas da mesma na solução de problemas, na busca de novas ideias para o melhor desenvolvimento das práticas educativas da escola.

Para conhecer a unidade escolar e quais as suas práticas educativas além da observação, analisou-se documentos como o Projeto Político Pedagógico(PPP) da escola do ano 2015 e 2016, pois eram os que estavam disponíveis para consulta até o momento. Consulta necessária, pois mesmo esclarece como é feito o trabalho pedagógico na organização da escola no geral e como são desenvolvidas as atividades em sala de aula buscando trabalhar com a atualidade de forma a preservar o todo, sem diferenciação.

De acordo com o PPP (2016) os docentes do Colégio Jorge Amado, utilizam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2006), o Referencial Curricular do ensino fundamental (BRASIL, 2009) e Proposta Curricular do ensino médio das escolas públicas do Estado do Tocantins (BRASIL, 2009) para fazer o planejamento, complementando com as diretrizes do SisAPTO³.

Para saber como se desenvolvem as práticas pedagógicas educativas dos (as) professores (as) na escola campo realizou-se algumas entrevistas com docentes da área de humanas (Geografia, História, Sociologia, Filosofia), mais uma vez deixa-se claro que a definição dos entrevistados (as) foi específica, por se tratar dos que tive mais contato durante os estágios supervisionados, salientando que são os indicados pelos gestores que trabalham mais com a temática da diversidade étnica.

Esse procedimento tem como objetivo saber qual a percepção dos mesmos sobre a educação das relações etno-raciais e as práticas educativas desenvolvidas e desta forma necessárias para conhecer como os(as) próprios(as) professores(as) se reconhecem quanto a sua identidade etno-racial por meio de entrevistas. Os(as) entrevistados(as) que cederam as entrevistas e concordaram em responder as perguntas foram denominados - Entrevistados "A"; "B"; "C"; "D"; "E" (Apêndice 03).

No começo da entrevista ao falar sobre a identidade-étnica dos mesmos foi meio desconcertante porque os(as) professores(as) pareciam ter medo de se comprometer ao falar sobre o assunto, medo de se assumir ou não saber

³SISAPTO -Sistema de Avaliação da Aprendizagem Permanente do Estado do Tocantins. Esse sistema foi criado em 2011 para Avaliar a qualidade de ensino e aprendizagem na Educação Básica das Redes Municipal e Estadual de Ensino, promovendo a modernização da gestão e o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem. Assim o sistema tem como propósito reorientar o processo de ensino das escolas públicas através dos indicadores educacionais do Estado do Tocantins por meio dos descritores do SISAPTO. (ROSA, *et al*, 2015)

sua identidade, tanto que ouvir expressões como *“acho que sou da cor de burro quando foge”* (entrevistado “B”), talvez, por isso, alguns se recusaram a responder as perguntas.

Dentre os cinco entrevistados ao serem questionados sobre sua identidade étnico-racial, dois responderam ser negros e três pardos. O interessante é que atitudes, como olhar para a própria pele e fazer comentários como *“minha família tem toda uma mistura”*, foi a primeira reação de todos(as)os(as) entrevistados(as). Vê se nessa hora algo que faz pensar se identidade é referente à como o indivíduo se vê ou como se sente sendo algo pessoal e eles estão procurando características alheias as suas será se realmente sabem se identificar ou estão só seguindo um padrão.

Os (as) professores (as) responderam ainda como eram vistos segundo a classificação do IBGE, três entrevistados “A”, “B” e “E” disseram que eram vistos como pardos e concordavam com isto, a entrevistada “C”, disse ser negra e era vista como negra, e a entrevistada “D”, disse que é vista como parda para o IBGE mais se considera negra por se identificar como tal. O que observei durante as entrevistas foi que há entre os(as)professores(as)uma dificuldade de se auto definir, me perguntaram o que é identidade étnico-racial, o que me fez perceber que os (as) professores (as) também precisam de uma formação voltada para a compreensão da identidade étnica.

Posteriormente, se entrevistou o grupo gestor da escola campo, denominados - Entrevistados “F”; “G”; “H”; “I”(Apêndice 03); ambos responderam serem pardas e que segundo o IBGE também eram pardas. O que chamou atenção é que quase todos responderam essas questões com base na cor de seus familiares ou referente ao que está no registro de nascimento que classifica a pessoa ao nascer, fato esse que esclarece que as pessoas não se auto identificam quanto a sua cor, elas são identificadas por outra, o que às vezes dificultamos a escolha de um pertencimento racial e só se segue o que foi denominado.

Com a intenção de saber quais as práticas educativas da escola, perguntamos se seguem o referencial curricular na questão de aplicar em sala de aula o conteúdo da lei n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003) que determina o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira sendo ampliada pela lei n.º 11.645/2008(BRASIL, 2008), as quais terão que incluir cultura e a história

indígena, todos responderam que sim. Então indaguei sobre quais as ações realizadas pela escola campo que possa ser vista como ação afirmativa. No geral responderam que trabalham com oficinas sobre a cultura afro-brasileira e afins, com avaliação diagnóstica com posterior implantação de metodologia buscando sanar dificuldades e projetos culturais, exemplos citados: o dia “D da leitura” voltado para história dos africanos e nas datas comemorativas como o dia 20 de novembro que se comemora o dia da consciência negra. E na sala de aula cada docente procura trabalhar de acordo com o que vem indicado no referencial curricular.

Nas falas seguintes sobre a aplicação em sala de aula do conteúdo da Lei n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003), sendo ampliada pela lei n.º 11.645/2008 (BRASIL, 2008), uma noção da real efetividade da implantação desse tema no currículo da escola. Foi descrito assim “[...] *professores são orientados a trabalhar com esses temas, inclusive incluir no planejamento de acordo com as datas previstas[...]*”. (entrevistada “H”) “[...] *Sempre que necessário ou proposto pelo referencial[...]*”. (entrevistada “B”)

As falas obtidas nas entrevistas tiveram basicamente estas três referências acima citadas que demonstram que a escola vem tentando colocar mais presente à questão da diversidade étnica nas aulas. Mas como percebemos nas falas não há uma consciência da sua necessidade, sim sendo tratada como uma obrigação a ser cumprida e não como uma etapa determinante para o reconhecimento do estudante como ser pertencente a uma nação diversa, com origens e reconhecimento de capacidades e valores positivos pouco discutido.

2.2.2. Práticas educativas no contexto das ações afirmativas da escola campo

Diante das políticas públicas, mesmo com a lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) já ter sido sancionada a mais de quatorze anos, sendo uma alteração da lei n.º 9.394/96 – LDB (BRASIL, 1996), que deixa claro sua obrigatoriedade e necessidade para formação completa do estudante. Na escola campo pesquisada nota-se o quanto é difícil à efetivação em ações dessa temática de

forma específica o que faz a temática das relações étnico-raciais serem práticas pedagógicas voltadas para a educação de forma transversal.

Eser tratada como um conteúdo transversal e não como importante para o conhecimento sobre a contribuição de grupos étnico-racial na formação do povo brasileiro, o que conseqüentemente faz com que uma história não contada em todos seus aspectos: tanto negativos como positivos, que nesse caso é tratado mais como negativo, pensando no negro como inferior por ter sido escravo, a identificação com qualquer tema relacionado à história e cultura afro-descendente não será bem aceita, pois se pode sentir-se bem em se identificar pertencente a um grupo tão menosprezado.

Por isso, a lei n.º 10.639/03(BRASIL, 2003) e suas Diretrizes Curriculares(BRASIL, 2006) trazem na sua visão um caminho para as práticas pedagógicas que estejam relacionadas com uma educação voltada para as relações étnico-raciais o que sugere a unidade escolar trabalhar no seu currículo e no PPP essa questão de forma cotidiana.

Não podemos determinar esse ou aquele fato específico para o bom ou mau desenvolvimento da temática das relações étnico-raciais na escola, pois os diversos fatores que circunda a instituição, sua gestão e seu corpo docente e o próprio sistema de ensino envolvem cada um no grau diferente de comprometimento no desenvolvimento de ações pedagógicas que facilitem o crescimento da temática das relações étnico-raciais, assim o trabalho educativo deve ser em conjunto voltado ao mesmo objetivo para que possa ter um bom retorno.

Na análise das observações, do PPP e das entrevistas dos docentes e gestores da escolacampo identifiquei disparidades. A escola tem suas práticas educativas baseadas no PCN (BRASIL, 1998 e 2000) e no referencial curricular (TOCANTINS, 2008 e 2009), essa foi afirmação de todos os (as) professores (as) que cederam entrevista para a pesquisa. Os quais na sua maioria também afirmaram que trabalham em sala de aula temas voltados para a importância da diversidade étnica.

Porém, constatou-se nesta pesquisa, que a maioria das práticas educativas citadas durante as entrevistas e colocadas no tópico 2.2.1 deste trabalho não tem um caráter de ação afirmativa, voltado para as relações étnico-raciais de maneira a valorizar essa questão especificamente.

A escola para configurar algum projeto como prática de ações afirmativas deve planejar e trabalhar com efetividade a educação das relações étnico-raciais, práticas que devem compor o PPP e o currículo da escola campo. Nos dos anos 2015 e 2016 tem vários projetos contemplados pelo PPP do Colégio Jorge Amado, descritos no tópico 2.2.1 deste trabalho, são projetos que nas ações pedagógicas da escola, porém, nenhum desses projetos considera diretamente ações que combatam a discriminação racial, e que sejam capazes de aplacar as injustiças que assolam pessoas negras por discriminações sofridas no passado escravista do país. E a ação afirmativa é trabalhada através de projetos realizados nas escolas proporcionando que garantia de educação e oportunidade iguais a todos.

Ver a escola como caminho para uma sociedade mais justa onde as pessoas realmente se reconheçam diante das diversidades existentes é o primeiro passo para se conquista o respeito e a dignidade de cada um dentro de sua realidade do seu eu. Portanto é preciso reconhecer e entender que a ligação entre as diferenças físicas e interiores das pessoas é impossível ser desfeitas. E uma educação que envolva todos sem exceção o é essencial para que isso aconteça assim a escola é um ambiente de transformação de valores de enriquecimento tanto para quem apreende como para quem ensina.

CAPÍTULO 3. A IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA CAMPO

A equidade racial deve ser compreendida como condição obrigatória na promoção e qualificação da educação. Mas sabemos que a população negra é mantida, por muito tempo, em segundo plano e que para materializar a igualdade das relações étnico-raciais temos um longo caminho pela frente. Desta forma é preciso desconstruir o “mito da democracia racial” algo nada fácil em se tratando de uma sociedade que tenta de todas as formas demonstrar que não há diferenças entre as pessoas e que são todas iguais. Uma tarefa que tem exigido uma luta constante das instituições, principalmente educacionais que podem com sua prática pedagógica buscar valores, atitudes e novas posturas diante desse “mito da democracia racial”. Pois, não adianta ter normativas legais aprovadas para promoção da igualdade se as mesmas são banalizadas e pouco implementadas.

A educação é o caminho para que haja garantia da equidade étnico-racial, assim, favorecendo o reconhecimento da diversidade e valor da mesma, devendo ser refletida na forma como os estudantes se identificam. Isso só acontecerá se as práticas pedagógicas e políticas da educação forem efetivadas de modo ativo, por meio de ações relacionadas à lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) que ajudará na desconstrução de mitos e crenças negativas e discriminatórias.

A presente lei incentiva uma mudança de comportamento com a sua prática efetiva principalmente entre crianças e adultos o que será possível durante as atividades pedagógicas da escola e no ambiente escolar, na convivência do mesmo com toda comunidade escolar e posteriormente com a sociedade no geral. Nesse sentido a escola deve ter um currículo voltado também para a diversidade cultural, racial e social do país.

Construindo desta forma uma escola que promove uma educação inclusiva, com educação de qualidade dando aos estudantes a oportunidade de terem um amplo conhecimento podendo se assumir como queira sem estigmas.

3.1. PROMOÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL NO CONTEXTO DA ESCOLA CAMPO

Para comprovar a efetivação da educação das relações étnico-raciais no ensino do Colégio Estadual Jorge Amado foi observado estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, além das observações com todo o corpo escolar. Os procedimentos metodológicos utilizados foram análise documental, questionários⁴ com os discentes (Apêndice 01) e entrevistas com docentes e gestores sobre a diversidade étnico-racial. O propósito da consulta foi obter dados que apontem a percepção individual dos estudantes, do corpo gestor e docentes da escola referente ao tema desta pesquisa.

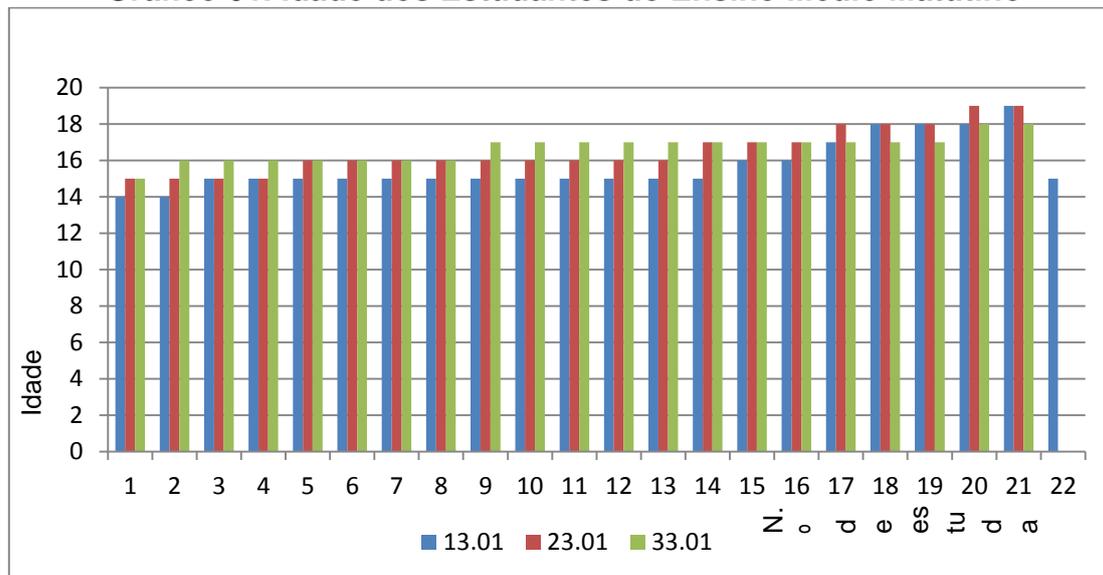
Em um universo de 127 estudantes pesquisados que pertencem ao Ensino Médio do Colégio Estadual Jorge Amado, matriculados nas seguintes turmas:

- 13.01, 13.02, 13.03 referente aos primeiros anos divididos nos turnos matutino, vespertino e noturno;
- 23.01 e 23.02 referentes ao segundo ano dividido nos turnos matutino e noturno;
- 33.01 e 33.02 os terceiros anos do turno matutino e noturno.

Primeiramente é interessante observar a faixa etária dos discentes para saber se estão em nível de ensino correto de acordo com a idade. Os estudantes dos primeiros, segundos e terceiros anos matutinos têm uma faixa etária bem parecida estão entre quatorze e vinte anos sendo na sua maioria com quinze anos completos, estão representados pelo gráfico 01.

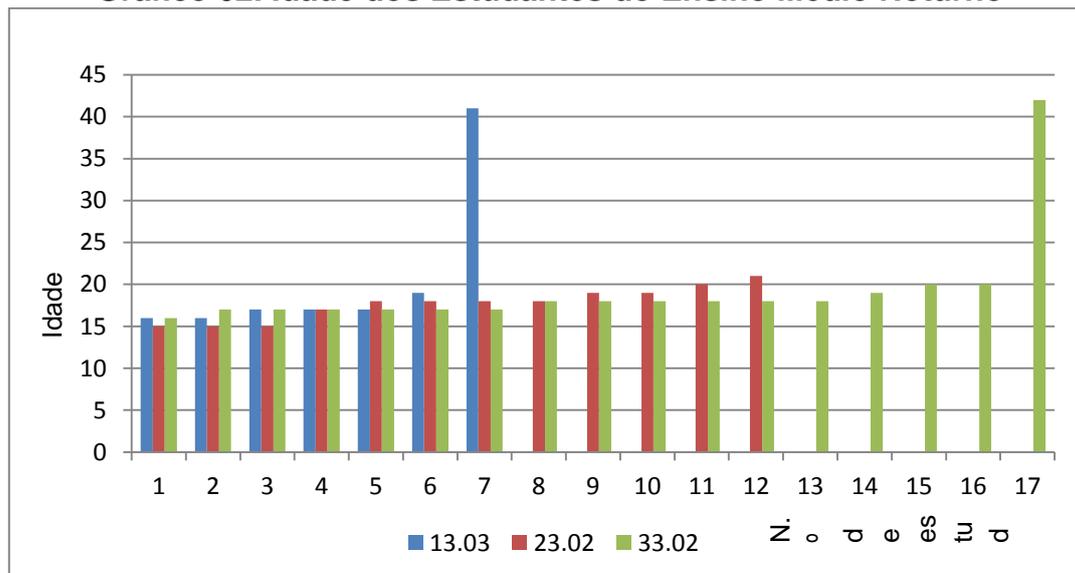
A Tuma 13.02 não esta aqui representada em gráfico, mas é a única turma de ensino médio no turno vespertino, e dos vinte cinco estudantes presentes no dia de aplicação do questionário apresentaram uma faixa etária segundo as respostas entre treze e vinte anos, sendo que um dos estudantes não informou a idade e na sua maioria estão com quinze anos de idade.

⁴Autorizados pela gestão escolar.

Gráfico 01. Idade dos Estudantes do Ensino Médio Matutino

Fonte: Dados primários desta pesquisa

De acordo com o Gráfico 02, os estudantes dos primeiros, segundos e terceiros anos do turno noturno do ensino médio tem uma maior variação de idade estão na faixa etária correspondente a quinze a quarenta e dois anos, na sua maioria com idade de dezessete anos. Nota-se no gráfico um problema recorrente nas turmas do período noturno, o número de alunos(as) das turmas está entre vinte e trinta estudantes, mais os que comparecem estão entre dezessete e vinte estudantes por dia, uma situação comprovada pela pesquisa que foi realizada em dias diferentes e confirmada pelos(as) professores(as). O problema da ausência constante dos discentes nas aulas do noturno são diversos e que não cabe explica nessa pesquisa.

Gráfico 02. Idade dos Estudantes do Ensino Médio Noturno

Fonte: Dados primários desta pesquisa

Analisando os Gráficos 01 e 02 percebemos as diferenças etárias entre os turnos, pois enquanto os estudantes dos turnos matutino e vespertino estão na maioria com idade de quinze anos e as turmas recebem por dia um número maior de estudantes havendo poucas faltas. No turno noturno tem um número considerável de ausência. Outro dado importante no contexto pesquisado é que dos 127 (cento e vinte sete) estudantes identificou-se 68 (sessenta e oito) mulheres e 52 (cinquenta e dois) do sexo masculino, contudo dois questionários não houve identificação.

Quanto à identidade étnico-racial, na observação geral dos estudantes na escola campo percebe a sua existência de modo acentuado e para comprovar dos 127 (cento e vinte sete) estudantes questionados, se identificaram da seguinte forma:

- 58 (cinquenta e oito) informaram se considerarem pardos;
- 14 (quatorze) deles disseram ser brancos;
- 15 (quinze) pretos;
- 03 (três) amarelos;
- 01 (um) se considerou indígena;
- 36 (trinta e seis) não souberam responder.

Já quando perguntados a qual grupo pertencia, segundo a classificação do IBGE, 76 (setenta e seis) deles informaram que são considerados pardos; 19

(dezenove) disseram ser brancos; dezenove afirmaram serem pretos; 01 (um) disse ser indígena; 03 (três) se identificaram amarelos e apenas 07 (sete) não souberam responder.

Sobre a classificação étnico-racial que cada um fez de si mesmo, foi possível perceber que a maioria não conseguia se auto identificar sozinho, precisando perguntar aos colegas, inclusive perguntado o que significa o termo identidade étnico-racial ou até mesmo se era branco, pardo, preto, amarelo ou indígena.

Notava-se que não sabiam ou estavam confusos quanto sua identidade étnica, sendo assim, a maioria se posicionou como pardo tanto na sua individualidade, como na classificação do IBGE trazendo a reflexão sobre o quanto é necessário à efetivação de uma educação voltada para construção da identidade desses estudantes.

Por que se reconhecer é necessário para que possam se tornar pessoas completas, capazes de se reconhecer para isso é necessário uma discussão efetiva sobre identidade étnico-racial na escola, passando para sala de aula, para que possam conhecer sua história e não se negarem quanto ao seu pertencimento étnico.

Quanto a essa questão da identidade étnico-racial, fiz as mesmas perguntas sobre como eles veem os pais e como os identificariam segundo o IBGE, os classifica para entender se a classificação feita por eles vem da opinião que eles têm sobre os pais ou se classificam como se sentem. De acordo com os estudantes:

- 54 (cinquenta e quatro) disseram ter mãe branca;
- 45 (quarenta e cinco) a mãe parda;
- 13 (treze) a mãe preta;
- 04 (quatro) disseram ter mãe amarela;
- 04 (quatro) ter mãe indígena;
- 07 (sete) não responderam qual seria a identidade étnico-racial da mãe.

Quanto aos pais 22 (vinte dois) dizem ter pai branco, 58 (cinquenta e oito) pardo; 25 (vinte cinco) preto; 04 (quatro) amarelos e apenas 01 (um) disse

ter pai indígena, isso segundo a classificação do IBGE, e 17 (dezesete) não opinaram sobre a identidade étnica do pai.

Já na percepção individual de cada um dos 127 (cento e vinte sete) estudantes verificou que os pais são:

- brancos (37 mães e 13 pais);
- pardos (41 mãe e 42 pais);
- pretos (07 mães e 29 pais);
- amarelos(02 mães e 03 pais);
- indígenas (01 mãe e 01 pai);
- não informaram (29 mães e 39 pais).

Analisando esses dados podemos perceber que se classificam na sua maioria como pardos e opinam que os pais também o são, já na análise dos dados (segundo IBGE) os mesmos se consideram e veem seus pais com outra visão tanto que comparando as respostas individuais. Referente com a classificação do IBGE o número de estudantes que se consideram pardos e pretos cresce consideravelmente o mesmo acontece quando eles opinam sobre a identidade étnico-racial dos pais. O que leva a crer que os mesmos têm nada ou pouco conhecimento sobre diversidade étnica.

Em um dos questionamentos sobre a promoção da igualdade realizada pela escola tendo em vista a diversidade étnico-racial dos estudantes dos cento e vinte sete questionados 16 (dezesesseis) responderam que o colégio promove uma educação igualitária entre todos, mesmo tendo uma grande diversidade étnica e 11 (onze) não responderam nada. O interessante é que ao pedimos para justificar, contudo, os poucos que justificaram foram vagos nas respostas sendo observado durante a aplicação do questionário que não tinham conhecimento do que é diversidade étnico-racial, fazendo outras perguntas para poder responder a questão, nesse momento para não interferir na resposta falei apenas para colocarem o que sabiam.

Talvez, por isso, a grande maioria deixou em branco, dentre as justificativas dadas estão: *“Nós somos todos iguais, não há razões para sermos tratados diferentes”*. *“Acredito que sim, todos são tratados como um não há uma discriminação”*. Na maioria das respostas disseram o *“ensino é o mesmo*

para todos, pois todos são iguais.”. Esses relatos que muitos colocaram exatamente, assim, provam que muitos acreditam ser realmente iguais, o “um” é colocado como se não existisse diferença entre os mesmos, o que esclarece que o famoso “mito da democracia racial” esta enraizado na escola.

Perguntei-me então, como fica essa igualdade se existe a diversidade étnico-racial e nesse caso como o ensino é o mesmo para todos? A questão é que os educandos confundem a relação amistosa com os(as) professores(as) e grupo gestor da escola com promoção da igualdade por parte da mesma com relação a diversidade étnica. Pois, o que se percebe nas justificativas é que são referentes ao convívio cotidiano. Já que tratar o outro com respeito é um dever e não uma promoção da igualdade em se tratando de relações étnico-raciais, percebe-se então a dificuldade dos estudantes relacionarem promoção da igualdade com diversidade étnico-racial.

Já presumindo que a maioria dos estudantes afirmaria que o colégio tem efetivamente promovido uma educação igual a todos, foram colocado questões objetivas de múltipla escolha onde eles puderam confirma se concordam ou não sobre as ações da mesma com relação à diversidade étnico-racial, ao ponto que perguntando quais os fatores que mais causam a desigualdade na escola quanto as diferenças étnico-raciais existentes. As respostas foram as seguintes:

- 55 (cinquenta e cinco) concordam com a falta de uma educação que ensine o valor de cada povo;
- 51 (cinquenta e um) da ausência de atividades educativas que ensine a valorizar a diversidade étnica;
- 41 (quarenta e um) da falta de atendimento destinado a pessoas discriminadas por sua origem;
- 18 (dezoito) estudantes percebem que a escola não tem como tema importante a história da diversidade étnico-racial do Brasil;
- 05 (cinco) marcaram outros fatores;
- 06 (seis) não sabem ou que a questão não se aplica.

Então percebemos que não sabem se justificar quando indagadas sobre a promoção da igualdade oferecida pela escola, mais ao depararem com questões prontas se identificaram e pelas respostas descritas acima a maioria

sente falta de uma educação escolar voltada para as relações étnico-raciais, percebemos então que existe o problema, mas que é camuflado pela relação de “respeito” existente no ambiente escolar.

Toda boa relação de respeito às diferenças, começa do respeito e se ele já é sentido só precisa ser incentivado. Mais é preciso entender que a igualdade tão idealizada uma hora esbarra no quesito cor e emerge os tratamentos diferentes a algumas pessoas de forma sutil, mascarada se confundi e assim afirma ter igualdade na escola. Portanto, a melhor maneira de mudar de extinguir esses tratamentos que estão relacionados ao “mito da democracia racial” é ensinar a história e cultura afro-brasileira de forma a salientar as diferença entre as pessoas. Outro caminho a ser trabalhado também são evidências do lado positivo dahistória e particularidades de cada grupo étnico-racial, deixando claro, as diferenças e discutindo.

Considerando que a maioria, tanto individualmente como pelo IBGE,são pardos ou pretos questionei se já teriam presenciado algum ato de discriminação pela pessoa serem negra, assim os estudantes questionados responderam:

- 53,54% que já presenciaram,
- 37,80% disseram que não;
- 8,66% deixaram em branco.

Números significativos, pois mesmo a discriminação sendo um ato, às vezes cometido isoladamente, quando se pergunta as pessoas sempre tem um fato ou outro para contar de preconceito e discriminação, o que contraria esse ideal de igualdade proposto pelo “mito da democracia racial”. Durante a aplicação do questionário ouvi voluntariamente dos estudantes a exposição de vários relatos sobre terem visto ou vividos atos de discriminação, no entanto a surpresa foi o seguinte relato que representa algo que acontece nas escolas, a pesquisadora presencia uma conversa paralela a aplicação do questionário aos alunos do ensino médio noturno

(...) uma aluna falou que em certo dia uma prima que estudava na mesma sala que ela [não disse em qual escola o fato aconteceu] e que era negra usava um batom de cor vermelha e que a professora ao adentrar a sala disse que a mesma gostava de se mostrar e que se ao menos fosse branca para usar batom vermelho, o que gerou um constrangimento para menina diante da turma, a mesma disse que a prima só se aquietou durante toda a aula se sentido mal com a situação, mais não respondeu a professora. Um tratamento de

inferioridade claramente ligado a cor da aluna, um exemplo de discriminação e preconceito, que as vez passa despercebido por quem prática, mas que deixa marcas em quem sofre e em que vê esse ato.

É relevante expor esse relato, pois foi uma situação que marcou aquela estudante e porque diz muito sobre as relações discriminatórias que às vezes são estabelecidas entre estudantes e professores(as). E que não generalizando, às vezes faz com que a escola em vez de ser um lugar de construir uma identidade étnico-racial, com ensinamentos de valorização do que realmente é, torna-se um ambiente de exclusão de negação da cor por causa de preconceito e discriminação.

A reação da maioria das pessoas que sofrem preconceito e discriminação por ser negro não tem coragem de se defender por desconhecer que tem direito de ser respeitado como qualquer pessoa ou por realmente se acha inferior ao que prática a discriminação. Isso acontece porque apreendemos a falar sobre os negros não como uma classe que contribuiu para nossa história, mas como escravos que serviam e trabalhavam no pesado, o que não justifica por completo essa segregação que algumas pessoas cometem em relação a outras por sua descendência.

Precisamos que a verdadeira história de construção e formação do Brasil e do seu povo seja contada não apenas a parte ruim dos motivos que trouxeram os negros para cá, como é visto em alguns livros de didáticos, onde algumas coisas são encobertas ou tidas como verdade pura. Porém muito lentamente estamos rompendo a visão eurocêntrica e criando novos sentidos sobre a importância da diversidade étnica e mestiçagem na construção do Brasil.

Comprovamos isto ao indagar os estudantes sobre a opinião dos mesmos sobre a importância do ensino da história e cultura Afro-Brasileira na escola, dos cento e vinte sete que responderam, obtivemos um resultado de 117 (cento e dezessete) afirmando que sim, 08 (oito) não responderam e apenas 01 (um) disse que não mais se justificou. Entre as justificavas dadas para os sim estão essas cinco:

(...)“Sim. Pois ensina os alunos que tem preconceito a saber que cor não define nada. Nem cor nem raça.” (...) “Sim. Porque eu acho importante saber da história de antigamente que era muito ruim e hoje melhorou”. (...)“Sim, porque o ensino da cultura é importante é

importante para sabermos nossas origens, conhecer mais do nosso povo”. (...) “Sim, Porque nos fará ter um pensamento diferente diante da sociedade”. (...) “Sim. Por que conhecendo a gente apreende um pouco da cultura e tratamos as pessoas com igualdade e não ter racismo, preconceito” (...).

Percebemos então com essas respostas que mesmo a implantação desse tema na educação, andando em passos ainda lentos, mostra que estamos obtendo resultados importantes na formação do estudante como cidadão que conhece sua história e principalmente sua descendência e dá seu devido valor. As respostas foram positivas e os que não responderam merecem uma atenção, pois a falta de resposta pode demonstrar o não conhecimento do assunto o que representa a necessidade de ser trabalhado com mais efetividade.

Analisando as respostas quanto às ações do Colégio Jorge Amado presenciadas e vividas pelos estudantes onde foi trabalhado sobre a História e Cultura Afro-Brasileira do total pesquisado apenas 39,37% respondeu ao falar sobre o dia 20 de novembro em que se comemora o dia da consciência negra na escola, dia em que são realizadas palestras e apresentações de danças referente à cultura afro-descendente e um dia ‘D’ da leitura sobre o mesmo tema, e 60,62% não souberam responder. Percebemos então que as ações da escola em dias comemorativos ou indicados pelo referencial não são o suficiente para acabar com esse quadro de discriminação e falta de conhecimento sobre grupos étnico-raciais.

A mudança para pensamentos, atos discriminatórios e racistas necessita de muito mais que uma discussão do assunto em dias escolhidos como datas comemorativas, esse é um trabalho de todos os dias, assim como foi à depreciação da história e valor do negro como componente da sociedade.

Comprovamos a importância da educação para a melhor convivência e respeito entre as pessoas ao indagamos sobre o melhor caminho para que acabe a desigualdade entre as pessoas independente da cor/raça/sexo, todos respondeu que sim e ainda 89% deram justificativas bem parecidas representadas pelos seguintes relatos:

(...) “Pois a educação ajudaria todo mundo a ter respeito um com o outro somos todos iguais não podemos discriminar ninguém, mas sim ajudar as pessoas”. (...) “Com a educação tudo muda”. (...) “Quanto melhor a educação menos teremos problemas com racismo ou qualquer tipo de preconceito.” (...)

O que mostra que apesar das lutas, a educação é um caminho viável e reconhecido para que aconteça a equidade das relações humanas em um contexto geral.

A diversidade étnico-racial não deve ser vista como problemas social acreditam ser a falta de uma educação, mas efetiva que passem o conhecimento para as pessoas refletirem e se questionarem e que assuma o compromisso de por em prática garantindo que seja cumprido o que está estabelecido pela Constituição Federal(BRASIL, 1988), pela Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), por que sem uma educação de qualidade e que positive a história completa do povo que a recebe não existe progresso.

O ensino de qualidade e que agrega a história e cultura do povo sem desprezo, garante a possibilidade do educando ir vencendo intelectualmente seus níveis, conforme sua capacidade, com a ajuda da escola que o oferecerá aparatos para essas conquistas independentes de sua cor, raça ou condição econômica e cultural-religiosa.

Sabendo que o ambiente da escola é um espaço institucional que deve promover educação igualitária para todos, voltado para a formação de capacidades que possibilitem o envolvimento influente e efetivo do estudante na sociedade que não necessariamente, seja só saber ler e escrever ou fazer conta, mas também pensar os problemas e ações para a solução dos mesmos, pois sendo problemas relacionados a movimentos sociais, a religião a cor ou política com a habilidade de serem críticos mas respeitando o direito dos outros.

Há pela frente um longo processo de desconstrução de construções históricas e sociais que são discriminatórias que reforçam o “mito da democracia racial” e evita a discussão do mesmo, porque foram produzidas ao longo da história no interior das relações sociais e de poder o que faz com que esse processo de ruptura seja longo, mas não impossível, devendo o currículo escolar ser construído para atender as demandas que surgem com a implementação da lei 10.639/03 (BRASIL, 2003).

Não são demandas com propostas para que o currículo existente seja substituído para resolver os problemas das relações étnico-raciais pelo currículo, isso seria apenas uma inversão, onde a contribuição negada seria a

européia ao invés da afro-descendente, e não é isso que pretende com a implementações das ações afirmativas, por meio das políticas públicas específicas.

As diretrizes e o plano nacional de implementação das mesmas indicam apenas que o conhecimento e informações sejam desprendido de ideologias e bem repassado na educação esclarecendo fatos históricos e culturais de todo o povo brasileiro, sendo o currículo escolar capaz de abrir caminhos a ser trilhado para a mudança com cada vez mais efetivas, levando em consideração e com igualdade a história de cada grupo que compõe o país.

Portanto, a promoção da identidade na escola campo, Colégio Estadual Jorge Amado, por tudo que foi exposto esta deficiente por não apresentar ações efetivas que dificultam e valorizam com mais efetividade a história e cultura afrodescendente, sendo que isso seria necessário já que a escola abriga uma diversidade étnico-racial relevante, e mesmo que não a tivesse é de suma importância para a formação dos estudantes enquanto participante de uma sociedade diversa. Mas não significa que a escola não venha tentando inserir nas suas ações pedagógicas temas relacionados à educação das relações étnico-raciais, porque como também foi colocado a diversas dificuldades para essa implantação desde o livro didático que ainda não atente positivamente a valorização desse ensino como a falta de envolvimento e formação adequada dos(as) professores(as) com a temática.

A PESQUISA E A PESQUISADORA

Para iniciarmos as reflexões e encaminhar para as considerações desta pesquisa, faz-se necessário relatar minha relação com a mesma e desta forma discorrer sobre minha identidade étnico-racial perpassou pela minha formação que está em construção.

Talvez essa seja a tarefa mais difícil proposta pela minha orientadora para compor esse trabalho. Se referir a outro alguém sempre é mais fácil porque você não tem que reviver situações que marcaram a pessoa e que contribuíram para se tornar o que ela é, por este motivo deve-se ter cuidado ao falar sobre alguém, pois cada um calça o sapato que pode.

E já que a tarefa aqui é falar de mim então vamos lá, vou falar um pouco sobre os acontecimentos que mais me marcaram. Começando pelo fato que aconteceu logo ao nascer e que minha mãe sempre me fala que já nasci nas palavras dela “enfezada e ativa”, porque meu primeiro ato foi chutar a tesoura que a parteira usaria para cortar o cordão umbilical. E antes que alguém pergunte como assim veio ao mundo pelas mãos de uma parteira? Sim, vim e me orgulho muito disso. Minha família tem uma origem muito humilde, meus pais sempre foram caseiros em fazendas e quase sempre não dava tempo da minha mãe chegar ao hospital da cidade mais próxima e olha que contando comigo foi dezesseis filhos, hoje estamos em dez, sendo quatro mulheres e seis homens.

Foram muitas as dificuldades encontradas por meus pais para criar cada um dando o melhor que podiam. Teve tempos em que não havia nada nem para comer, lembro de muitas das vezes de vê a mamãe com lágrimas nos olhos, por isso, e sempre com muita honestidade conseguia algo para que pudesse comer, tirando da própria boca para nos alimentar. Isso não é nem um terço da história de um homem analfabeto e uma mulher semi-analfabeta que com determinação e acima de tudo com muito amor foram fortes o suficiente para nunca abandonar nenhum dos filhos. E mesmo com tanta dificuldade não nos negaram a oportunidade de estudar para ter uma vida melhor lembro que papai acordava todos na madrugada para levar a escola que quase sempre era longe, os mais novos colocava em um jumento, único meio de transporte possível e os mais velhos iam a pé. Quando começou a ficar sem serviço

fomos para a cidade, a escola ficou perto e surgiram outros problemas citados mais adiante.

Mesmo com tantas dificuldades não consigo olhar para minha infância e dizer que foi ruim por que tive o melhor, o amor e a dedicação plena de duas pessoas que lutaram para que eu conseguisse em meio a tantos percalços sonhar e me sentir uma criança feliz. O primeiro passo para uma pessoa ser do bem é o exemplo e isso falo orgulhosamente que tive. Como minha mãe me disse sou ativa desde o nascimento e falando nos problemas enfrentados na cidade e na escola vamos a eles.

Quando comecei a pensar em fazer este trabalho não imaginei que a minha identificação com o tema seria tão forte e que teria uma motivação tão próxima da minha realidade, pois até o estudo e entendimento das relações entre as pessoas e principalmente quando se trata de um fator determinante na sociedade que vê na cor da pele os defeitos e valores de uma pessoa, assim excluindo e taxando de inferior a grande maioria, percebe-se que a falta de conhecimento faz você sofrer uma discriminação, preconceito e desrespeito e não saber se posicionar a respeito de tais atos, sendo constrangedor.

Minha família é uma típica família brasileira onde reina a diferença étnico-racial, por isso desde cedo sempre ouvi piadinhas e brincadeiras preconceituosas sempre. Sendo minha mãe uma mulher de pele branca e meu pai um homem de pele preta no seu último grau, tivemos uma mistura interessante e muito bonita, assim tenho irmãos como eu que vão da pele branca até a pele preta. Sempre falo lá em casa só faltou nascer menino de cor azul. Tenho orgulho de carregar a essência de meu pai no meu sangue que representa a maioria da sociedade brasileira.

E quanto às piadinhas e brincadeiras que são reflexo de uma sociedade que acredita na democracia racial e que pensam há é só uma brincadeira, cansei de ouvir das pessoas quando veem que meu pai é negro dizer “há tua mãe pulou a cerca”, “você foi trocada na maternidade” e ainda hoje ouço isso, uma ofensa a minha mãe, a meu pai e a mim. A diferença é que quando era criança não sabia reagir e nem porque reagiria, pois de certa forma não sabia como fazê-lo e nem tinha conhecimento de que não era só uma brincadeira e hoje depois desse trabalho e de tudo que apreendi com a vida que tive posso dizer claramente quando surge alguma discriminação do tipo das citadas acima

que sei me posicionar e defender a mim e minha família e que ter um pai preto uma mãe branca não significa necessariamente que teria que ser igual a um deles. Assim, minha identidade étnico-racial sou eu que decido, sou eu que me auto declaro, se tenho uma origem étnica tão diversa eu decido se me considero preta ou branca, sendo uma escolha pessoal que representa como sinto. E por isso sempre falo apesar da pele branca me sento muito mais negra que branca, contradizendo meu registro que diz que sou morena, não sei o que o pessoal do cartório quis dizer com isto, pois esse termo existe “só no linguajar popular, muitas pessoas falam sou moreno(a) um exemplo de falta de identidade” pelo IBGE as definições são branco, pardo, preto, amarelo ou indígena.

Porque é tão difícil das pessoas entenderem que a pele branca não faz uma pessoa melhor e nem diferente de quem não a tem. E o mesmo vale para todos a diferença está no preconceito que cada um carrega consigo. A cor de minha mãe não há impediu de vê no meu pai uma pessoa capaz de sustentar uma família, de ser exemplo de homem honesto de valor para seus filhos. Só precisamos que as pessoas percebam que a diferença não está na cor e sim no olhar de cada um sobre as qualidades da outra como pessoa, porque cor de pele não representa perfeição.

De tudo percebemos que o conhecimento e a educação inclusiva são necessários para que a harmonia e equidade entre as pessoas de diferentes etnias aconteçam, já que não pela consciência de cada um, que seja pela educação voltada a valorização da história e cultura de cada povo garantindo que se percebam os direitos iguais que todos temos. Sendo a educação uma forma de valorização reconhecimento e também uma arma na luta contra o preconceito.

Hoje depois de estudar ter uma nova visão sobre o que é identidade e ter passado por essa pesquisa que foi esclarecedora em muitos sentidos, inclusive sobre minha identidade, percebo que conhecer a história do Brasil e do povo que o constitui sem exaltar esse ou aquele é essencial para esse reconhecimento e como uma futura educadora tenho certeza que a forma como se passa essa história para as crianças principalmente de forma que cada povo seja valorizando cada um da forma como merece é de extrema importância para saber se auto identificar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste relato iniciaremos as considerações da pesquisa onde foi possível evidenciar que a Lei 10.639/03 e as diretrizes curriculares para implementação da educação das relações étnico-raciais (BRASIL, 2006), vieram para soma na construção da história de uma nova sociedade que preza pelo respeito ao outro acima de qualquer diferença física.

Na pesquisa teve como intuito perceber as prerrogativas da lei 10.639/03 na prática pedagógica do Colégio Estadual Jorge Amado como práticas educativas e ações afirmativas efetivas através do olhar individual do educador e do estudante. Os educadores pesquisados disseram conhecer a lei sendo um ponto positivo o que não garante sua efetiva implementação, já que segundo os mesmos não trabalham com frequência o tema e os estudantes confirmam isto por evidenciarem na pesquisa seu desconhecimento.

A valorização da população negra e indígena garantiria em boa parte sua permanência e aumento do grau de escolaridade e acima de tudo permitido que se identifique sem medo do preconceito o que só será possível se for tratada de forma sistemática as relações entre negros e brancos com uma orientação cidadã para todos. Entretanto os projetos que orientam as práticas e ações educativas da escola não contemplam a cultura afro-brasileira e a história dos povos africanos e indígenas de modo afirmativo, assim o projeto político pedagógico da mesma não está centrado na problemática étnico-racial.

As dificuldades apresentadas pelos educadores como a falta de materiais de didáticos que trabalhem essa questão com mais positividade e até mesmo falta de tempo, indicando que seja necessária uma disciplina própria para a temática ou formação adequada, são problemas reais e que merecem uma atenção especial, mais não justificam a falta de ação que a discuta e coloque em prática, não silenciando o preconceito na escola que exclui a população afro-descendente por suas diferenças com representações que os desvalorizam e desqualifiquem.

A obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, indígena e africana não garante que o tratamento as pessoas negras e indígenas irá mudar, mas tudo começa de uma atitude e essa sem dúvida foi o primeiro

passo de muitos que temos que dá, cabendo nesse sentido à escola e professores(as) se conscientizarem para efetivar tal mudança que não é fácil mais que é possível. A escola sendo um ambiente de transmissão de conhecimento é um ator fundamental no combate aos preconceitos e discriminações racialmente orientados, e o(a) professor(a) como intermediador(a) dessas mudanças primeiramente como pessoa que entende que há diferenças entre seus estudantes e que elas precisam ser realçadas para que os mesmos se percebam diferentes e se identifique.

A união de uma escola que atende as orientações e diretrizes das relações étnico-raciais com projetos e ações que as inclua como uma ação afirmativa com os(as) professores(as) esses deveram fazer uma revisão dos próprios valores para por em prática projetos da escola conscientes além da sua obrigatoriedade também da necessidade para transformar através de diálogos na sala de aula a história para que o estudante negro e indígena se veja representado de forma positiva. Tudo parece ser uma questão de força de vontade dos participantes da construção dessa nova sociedade. E de fato é, pois o sucesso de todo projeto depende da forma como ele é aplicado e a vontade e garra com que se abraça uma causa vem de quem o põe em prática os(as) professores(as).

O(A) professor(a) precisa de apoio nessa jornada de quebra de paradigmas para aprofundar o conhecimento técnico metodológico sobre a história do negro e do indígena de forma positiva e assim desenvolver atividades pedagógicas na escola melhorando o ensino-aprendizagem que vai valorizando o(a) negro(a) e o(a) índio(a) e eliminando o preconceito relacionado ao pertencimento étnico-racial.

O(A) educador(a) é o ponto chave desse processo de implantação e desenvolvimento da Lei 10.639/03 no ensino da escola, e como todos os(as) professores(as) do Colégio Estadual Jorge Amado disseram conhecer a lei e saber que é importante na formação da identidade do estudante e sua relação de respeito com o próximo na escola ou na sociedade já é um bom caminho, um começo, devemos o usar o que temos para vê a mudança acontecer. Podemos então indicar que os(as) professores(as) usem esse conhecimento como base mesmo que os livros didáticos ainda não atendam as preposições da lei, mas o conhecimento do(da) professor(a) sobre a mesma pode ajudá-lo

na hora de falar dos contos africanos, das formas de resistência e luta como os quilombos e mais atualmente da luta dos movimentos negros e indígenas buscando demonstrar o lado positivo. E o mesmo pode ser feito com o livro didático mesmo que nele o assunto não seja discutido e às vezes em que aparece diminui a história do negro ao regime de escravidão e o professor pode transformar a visão negativa criada desse povo, relacionando esses temas nas salas de aula a valorização e capacidades de superação dos mesmos.

E a escola deve seguir as orientações do referencial curricular para efetivar ações voltadas a educação das relações étnico-raciais com projetos que intensifiquem essa discussão em sala de aula, colocando em seu projeto político pedagógico projetos voltados a diversidade étnico-racial da escola e orientar as práticas educativas dos professores propiciando momentos de reflexão sobre a lei e suas diretrizes para que os mesmos trabalhe com conhecimento de causa.

A luta por uma educação inclusiva, democrática e antidiscriminatória é um desafio de todos que almejam uma sociedade mais justa e igual sem distinção de qualquer espécie, sendo também um desafio para aplicação e efetividade da lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) que foi alterada pela Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008) que incluem além do ensino da história e cultura afro-brasileira a indígena também, são leis que garantem o direito de todos em igualdade. Foram povos marginalizados, oprimidos e com direitos negados por muito tempo, está luta e resistência que a cada dia ganha mais força é compensatória mais é também de reconhecimento mesmo que tardio da importância e valor de cada um.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 12.711 D.O.U de 30 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: DF. 2012
- BRASIL. Lei nº 11.645 D.O.U de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 10.639/03 D.O.U. de 9 de janeiro de 2003. Brasília:DF. 2008
- BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira.** Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006, p. 227 – 257.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, 2004.
- BRASIL. Lei nº 10.639, D.O.U. de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: DF. 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio).** Brasília: MEC, 2000. 109 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.174 p.
- BRASIL, Lei n.º 9394., D.O.U. 24 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Ministério da Educação. 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil,** Brasília: DF. 1988.
- CNE, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CPnº 003/04 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, 2004.
- GOMES. Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro.** In: SANTOS, Sales Augusto dos, (Org.). *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas.* Brasília:

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p 45-80

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria: **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010 (1ª ed. 1985)

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual Jorge Amado/CEJA. Araguaína (TO). SEDUC. 2016

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual Jorge Amado/CEJA. Araguaína (TO). SEDUC. 2015

ROSA Tânia Maria de Oliveira; FREITAS Márcia Regina Silva; SILVA Luiza Helena Oliveira da: **OS TEXTOS NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO PERMANENTE DO TOCANTINS (SISAPTO): análise de uma orientação de sentidos para o ensino de língua materna**. In: ENTRELETRAS, Araguaína/TO, v. 6, n. 2, jul/dez. 2015.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 21-37.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

VAZ, Leandro Farias. **Uma Geografia das ações afirmativas no ensino superior: as cotas étnico-raciais na UEG e UFG**. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). Goiânia: IESA/UFG. 2012.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. **Praticando a geografia: Técnicas de Campo e Laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

TOCANTINS. **Referencial Curricular do Ensino Fundamental**. Palmas -TO - (Brasil) - Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Referencial Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. 2ª Edição / Secretaria de Estado da Educação e Cultura. -TO: 2008. 281 p.

TOCANTINS. **Proposta Curricular do Ensino Médio**. Palmas -TO - (Brasil) - Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins: Proposta curricular

Ensino Médio. Versão Preliminar – 2ª impressão. / Secretaria de Estado da Educação e Cultura. -TO: 2009. 379 p.

TRIVINOS. Augusto Nivaldo Silva: **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a educação qualitativa em educação** 1ªed.18 reimpressão, São Paulo. Atlas, 2009 (1.ed.1987)

APÉNDICE

Apêndice 01: Questionário discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA
Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 3416-5620 | www.uft.edu.br | geograq@uft.edu.br



QUESTIONARIO DISCENTE

Questionário para aquisição de informações empíricas para orientação no desenvolvimento do trabalho de conclusão de geografia (Discentes)

1. Caracterização |

Ensino Fundamental Ensino Médio

Turma n.º: _____ Turno: _____

Idade: ___ anos Sexo: M F Identidade étnico-racial: _____

Segundo a classificação do IBGE você compõe qual grupo:

Branco Pardo Preto Amarelo Indígena

Identidade étnico-racial dos pais: mãe: _____ pai: _____

Segundo a classificação do IBGE em que grupo seus pais pertencem:

Mãe: Branco Pardo Preto Amarelo Indígena

Pai: Branco Pardo Preto Amarelo Indígena

2. Em sua opinião o Colégio Estadual Jorge Amado/CEJA promove uma educação igualitária entre todos os estudantes mesmo tendo uma diversidade étnica? Justifique a sua resposta

Sim Não Justificativa: _____

3. Em sua opinião, o ensino da história e cultura Afro-Brasileira na escola é importante?

Sim Não Justificativa: _____

4. Assinale os fatores que mais causam a desigualdade na escola quanto as diferenças existentes entre os estudantes (pode assinalar mais de um item).

- A falta de uma educação que ensine o valor de cada povo.
- A escola não tem como tema importante a história da diversidade étnica do Brasil.
- A falta atendimento destinado a pessoas discriminadas por sua origem.
- Ausência de atividades educativas que ensine a valorizar a diversidade étnica.
- Outros. Qual: _____
- _____
- Não sei / não se aplica

5. Você já presenciou algum ato de discriminação pelo fato da pessoa ser negra?

Sim Não

7. Cite ações do Colégio Jorge Amado/CEJA em que foi trabalhado sobre a História e Cultura Afro-Brasileira.

8. Você acha que a educação é o melhor caminho para que acabe a desigualdade entre as pessoas independente da cor/raça/sexo?

Apêndice 02: Entrevista grupo gestor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 2112-2220 | www.uft.edu.br | geoaraq@uft.edu.br



ENTREVISTA GRUPO GESTOR

Entrevista semiestruturada para aquisição de informações empíricas para orientação no desenvolvimento do trabalho de conclusão de geografia (diretor, coordenadores, professores)

Nome: _____

Identidade étnico-racial: _____ Sexo: M () F ()

Segundo a classificação do IBGE você compõe qual grupo:

Branco () Pardo () Preto () Amarelo () Indígena ()

Faixa etária: () 20 a 30 anos () 31 a 40 anos () acima de 40 anos

Função: _____ Área de atuação: _____

Experiências docente: _____ anos - gestão: _____ anos

Quais as ações realizadas pela escola que possa ser vista como ação afirmativa.

A escola segue o referencial curricular na questão de aplicar em sala de aula o conteúdo da Lei 10.639/03 que determina o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira sendo ampliada pela lei 11.645/2008, as quais terão que incluir cultura e a história indígena?

Apêndice 03: Lista dos entrevistados/as

- Entrevistado “A” -Arquimédson S. Moreira
- Entrevistado “B” -Cristiane Maria Araújo Pereira
- Entrevistado “C” -Eunice Gonçalves Rodrigues,
- Entrevistado “D” -Elizabeth Rodrigues Vera,
- Entrevistado “E” -Gilvaneide Tavares de Oliveira Dos Reis.
- Entrevistado “F” – Elizabete de Sousa Santos Batista (diretora)
- Entrevistado “G” – Lucélia Oliveira de Sousa
- Entrevistado “H” - Maria Helena Carmo Sousa,
- Entrevistado “I” - Janielma Ferreira de A. Menezes

ANEXOS

Anexo 01: Lei n.º 12.711/12 (BRASIL, 2012)

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Art. 7º O Poder Executivo promoverá, no prazo de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, a revisão do programa especial para o acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, às instituições de educação superior.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante
Miriam Belchior
Luís Inácio Lucena Adams
Luiza Helena de Bairros
Gilberto Carvalho

(DOU nº 169 quinta-feira 30 de agosto de 2012, Seção 1 páginas 1 e 2)

Anexo 02: Lei n.º 11.645/2008 (BRASIL, 2008)



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008.

Anexo 03: Lei n.º 10.639/03 (BRASIL, 2003)



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

Anexo 04: Ofício de autorização

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

Av. Paraguai s/nº Setor Cimba | 77824-838 | Araguaína/TO
(63) 2112-2220 | www.uft.edu.br | geogaraq@uft.edu.br



OFÍCIO Nº 001/2017 – GEOGRAFIA/LEPG/UFT

Ilma

Sra. Elizabete Sousa Santos Batista
Diretora do Colégio Estadual Jorge Amado
Endereço: Rua Ademar Vicente Ferreira, n.º 296 – Setor Noroeste.
CEP: 77.818-140 | Araguaína - TO

Assunto: Autorização para realização de coleta de dados, entrevistas e questionários para pesquisa acadêmica

Prezada Diretora

Apresentamos a discente **Joelma Araújo Borges de Melo** matrícula n.º 2013112740 acadêmica do curso de Licenciatura em Geografia do *Câmpus* de Araguaína/CIMBA. A acadêmica está em fase de finalização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o tema “Educação Básica e sua importância na construção da identidade e equidade Étnico-Raciais no Colégio Estadual (CEJA) nos anos de 2016 e 2017”.

Solicitamos acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP); aos dados quantitativos e qualitativos referentes aos discentes e docentes; e autorização para realizar entrevistas com o grupo gestor; os docentes da área de humanas e questionários com os discentes do ensino médio.

Certo de contar com a sua colaboração, desde já agradecemos.

Araguaína, 22 de fevereiro de 2017.

Atenciosamente,

Dr. Luciano da Silva Guedes
Coordenador do Curso de Geografia

Dr.ª Kênia Gonçalves Costa
Docente da Disciplina de TCC

Anexo 05: Autorização para entrevistas

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo a acadêmica **Joelma Araújo Borges de Melo**, do curso de Geografia - Universidade Federal do Tocantins, estagiária em nossa Unidade Escolar, á junto aos docentes, coordenadores e Gestão, abaixo relacionados, para fins de realizar entrevista referente a pesquisa acadêmica (instrumento utilizado pela mesma para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC).

Arquimedson Sousa Moreira
 Cristiane Maria Araújo Pereira
 Eunice Gonçalves Rodrigues
 Elizabeth Rodrigues Vera
 Gilvaneide Tavares de Oliveira dos Reis
 Janielma Ferreira de Almeida Menezes
 Lucelia Oliveira de Sousa
 Maria Helena Carmo Sousa.

Araguaína- TO, 10 de março de 2017.

ESSBatista
 Diretora da Unidade Escolar
 Elizabete de Souza Santos Batista
 Diretora de Unidade Escolar
 Mat. 1202197-1-FCM-4
 Ato 579-DGG 11/03/15

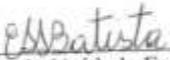
Colégio Estadual Jorge Amado
 jorgeamadoarn@gmail.com/3414-1223
 Rua Ademar Vicente Ferreira, 296, Noroeste CEP: 77.824-140 – Araguaína/TO

Anexo 06: Autorização para aplicação dos questionários

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo a acadêmica **Joelma Araújo Borges de Melo**, do curso de Geografia - Universidade Federal do Tocantins, estagiária em nossa Unidade Escolar, a junto aos discentes do Ensino Médio, realizar questionário de pesquisa (instrumento utilizado pela mesma para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC).

Araguaína- TO, 10 de março de 2017.



Diretora da Unidade Escolar
Elizabete de Souza Santos Batista
Diretora da Unidade Escolar
Fone: 1202197-1-FCM-4
+ 476.8571 1163115

Colégio Estadual Jorge Amado
jorgeamadoarn@gmail.com/3414-1223
Rua Ademar Vicente Ferreira, 296, Noroeste CEP: 77.824-140 – Araguaína/TO